



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 2 DE NOVEMBRO DE 2016

Ata n.º 31

Aos dois dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e oito de Outubro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Aprovação da ata de 28-09-2016 (foi retirado); -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para a Prestação de Serviços de Ampliação e Remodelação do Sistema de Telegestão da Rede Geral de Abastecimento de Água, € 65.000,00+IVA em 2017, restante valor em 2016;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Materiais em Ferro Fundido a Aplicar na Remodelação e Conservação da Rede de Abastecimento de Água e Saneamento até ao Limite de € 207.000,00 + IVA; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público Construção de Valetas, € 80.000,00+IVA em 2016, e 26.100,00+IVA em 2017; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento de Gás GPL A Granel para Depósitos, Canalizado ou Butano e Propano em Garrafas para Abastecimento de Edifícios Municipais até ao Limite de € 336.299,00 (acrescido de IVA e de ISP); -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Aquisição de Serviços de Manutenção Multitécnica de Equipamentos/Máquinas e instalações e sua Condução Técnica, incluindo Fornecimento de Produtos Químicos para o Tratamento das Águas das Piscinas Municipais de Albufeira, € 43.113,63, no ano de 2017;-----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Candidatura "Unidades de Saúde Móveis de Proximidade"- Investimentos em Infraestruturas de Saúde; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Celebração de Protocolo intermunicipal referente ao Programa de Proposta de Candidatura "FOME - Festival de Objectos, Marionetas e Outros Comeres"; -----



PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, sobre o Interesse Público à Resposta Social "Comunidade de Inserção - Aldeia do Sanacai"; ---

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem; -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraldês de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais Rodrigues (VIVA), António Manuel Jesus Colaço (PSD) João Hélder Grade Cabrita (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Ana Alexandre Pereira (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório. -----

Faltas: Maria Eugénia Xufre Baptista, Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões, Ana Cristina Neves Pinto Oliveira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa e Joaquim Manuel Correia Vieira.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Eugénia Baptista, Vera Simões, Ana Cristina Oliveira e Joaquim Vieira, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, António Colaço, João Cabrita, Helena Simões e Joaquim Dias.-----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores Célia Pedroso, Ana Vidigal e Rogério Neto-----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Isabel Carvalho: "Boa noite. Isabel Carvalho, residente em Vale Serves, Ferreiras, e venho aqui para colocar questões e falar sobre a deslocalização da comunidade de etnia cigana da Orada para Ferreiras. Venho, por esta exposição, demonstrar a minha preocupação com a forma como a deslocalização e realojamento destas oito famílias da comunidade cigana está a ser feita. Isto porque esta comunidade reside na Orada há



cerca de vinte anos e até há cerca de três, quatro anos, mais ou menos, ninguém se preocupou com eles, ou seja, trabalhar as competências sociais. Esta preocupação em tirá-los de lá surge, pelo que se ouviu dizer, após a alienação do terreno a terceiros. Todo o processo tem sido conduzido com falta de transparência, pois o projeto não foi disponibilizado atempadamente para consulta e auscultação da população da Freguesia de Ferreiras. Há incongruências nos projetos apresentados, pois em dois mil e catorze era designado por "Aldeia do Sanacai" com a localização para o Escarpão. Em dois mil e dezasseis é designado por "Comunidade de Inserção - Aldeia do Sanacai" com localização de Malhada Velha, ou seja, dois projetos e duas localizações. Qual o que está correto? Recordo, e que de acordo com o documento da Direcção Geral da Solidariedade e Segurança Social, que um projecto para ser considerado "Comunidade de Inserção", compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social, que é uma etapa intermédia que vai do acolhimento até à autonomia das pessoas, e que as actividades desenvolvidas não podem exceder dezoito meses prorrogável por mais seis, e que as comunidades de inserção devem localizar-se em zonas habitacionais dotadas com equipamentos de educação, saúde, formação profissional, socioculturais e recreativos, e devem possuir acesso fácil, respeitar os princípios de mobilidade para pessoas com deficiência, obedecer às regras de salubridade e de segurança, obedecer à legislação em vigor, no que respeita à construção em geral e às especialidades técnicas contidas em projecto, bem como a da segurança contra incêndios, e ser servida por rede de transportes públicos. A Santa Casa assinou um protocolo de colaboração com o Município e com a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água em Novembro de dois mil e catorze. Estamos em Novembro de dois mil e dezasseis, dois anos após a assinatura, não trabalharam as competências com a comunidade neste período de tempo porquê? Dois anos não foram suficientes. Aliás dois anos não são suficientes para trabalhar uma comunidade de inserção com estas características. Analisando o projecto verificou-se que há apenas uma preocupação em tirá-los do sítio: saem das barracas para irem viver em contentores. E passados os dois anos eles vão continuar no mesmo sítio e na mesma condição. E depois? Por quanto tempo mais vão lá permanecer? Quem os acompanha? No projecto não há técnicos da autarquia envolvidos. Nesta comunidade há ainda cinco jovens, com idades compreendidas entre os dezasseis e os vinte e oito anos, que muito em breve irão constituir famílias, serão mais cinco agregados, onde vão ficar? O espaço de dois anos é muito curto para o Município construir habitações sociais e as habitações não podem ser só para esta



comunidade. Há outras pessoas a viver em ditas casas sem condições de habitabilidade. A zona do Cotovio, próximo do Escarpão, é um local de concentração de vários problemas sociais, para não falar no facto de os habitantes daquela zona e de outras zonas da freguesia que não terem água nem saneamento, condições básicas em pleno século XXI. No Escarpão reside ainda, em terreno próprio, uma comunidade cigana constituída por dez agregados, com trinta e seis pessoas; no Pinhal residem, em terreno privado, dois agregados com dez pessoas; em Texugueiras, em terreno privado, residem dois agregados com seis pessoas. Entre os meses de Junho a Outubro a concentração, temporária, desta comunidade cigana é enorme, principalmente nas zonas de Vale Paraíso, Cortesões, Torre da Mosqueira e Malhada Velha. A freguesia de Ferreiras tem graves carências habitacionais, a água canalizada e o saneamento não chegam a toda a população, o Centro de Saúde não tem médicos suficientes para os residentes, a metadona, infelizmente, ainda é administrada num Centro de Saúde sem capacidade para tal e no meio de dois bairros sociais. A freguesia não tem posto da GNR e o parque escolar está quase no limite. Mas é esta população carente destes meios básicos e essenciais quem vota, quem paga os seus impostos e contribui para o desenvolvimento da Freguesia e do Concelho. Para que a integração destas famílias na comunidade maioritária e para que o processo de aculturação seja mais célere, sugiro que estes oito agregados sejam alojados em diferentes sítios e não todos juntos, para não darmos origem a um gueto social, sugerindo o terreno do "Espaço Bússola", que é bastante grande, ou as habitações urbanas que são propriedade da Santa Casa, situadas em diferentes pontos do concelho e que se encontram degradadas, necessitando de reabilitação. E pegando naquilo que a Sr^a Provedora disse numa Assembleia em Ferreiras: " não se deve dar o peixe, mas sim ensinar a pescar", é neste aspecto que o Município também tem uma responsabilidade social, pois pode contratar, através de contractos de formação profissional, pessoas desta comunidade cigana para o desenvolvimento do processo de socialização e consolidação das aprendizagens dadas durante a formação. Pode ser dado tijolos, cimento, conhecimentos e eles que reconstruam as casas que estão degradadas. Nesta Assembleia apenas está a ser focado a comunidade da Orada, mas há também o problema da comunidade dos Calijos e porque realojar é alojar noutra local e integrar é tornar-se parte de um conjunto ou de um grupo, atendendo ao princípio de igualdade e equidade entre todos cidadãos portugueses e a sustentabilidade do desenvolvimento da Freguesia e do Concelho, apelo para que este projeto, enquadrável em equipamento social do tipo "comunidade



de inserção", não seja considerado como de relevante interesse público".-----
Fernanda Corujo: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, senhoras e senhores. Desde já informo os presentes que me encontro a representar a Comissão Instaladora da Associação para o Desenvolvimento da Freguesia das Ferreiras, "Ferreiras Com Vida", com o registo nº 2016067415, da Conservatória de Loulé, dada a sua recém formação e de estarem a decorrer os procedimentos de angariação de associados, informamos que temos neste momento mais de quinhentos seguidores na página da rede social Facebook, "Plataforma Cívica: Ferreiras Mais". Tendo a Câmara Municipal de Albufeira solicitado a esta Assembleia que se pronuncie e delibere sobre a atribuição de Interesse Público Municipal ao projecto, resposta social "Comunidade de Inserção - Aldeia do Sanacai", decorrente de requerimento interposto pela Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, cumpre-nos expor o seguinte: A comunidade de Ferreiras tem vivido tempos conturbados e de incertezas quanto à actuação das instituições que tradicionalmente constituem o último reduto do garante do estado de direito democrático e da salvaguarda dos interesses públicos. Não seria de estranhar a crescente preocupação face ao projecto supramencionado, que, não obstante as sucessivas tentativas de aclaração, continua envolto numa cortina de fuma escuro. A ausência de informação sobre este, não só demonstra a pouca vontade que as entidades competentes tem em o divulgar, como a pouca cultura democrática revelada, e que desde já lamentamos ainda existir no Portugal do Século XXI. Por diversas vezes nos pronunciamos sobre a relevância deste projeto, cuja importância reconhecemos. Afiançamos que V/Exas saberão que a intenção de realojar a comunidade cigana estava a decorrer com normalidade e de acordo com os trâmites legais. Saberão V/Exas certamente que o terreno onde estão actualmente instalados é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, cuja promessa de venda a um promotor imobiliário acelerou a necessidade de retirar a referida comunidade. Para tal, o projecto inicial foi adulterado assim como o lugar onde seria implementado. Esta súbita alteração deve-se, como compreenderão, aos altos valores envolvidos na venda desse terreno, pois são demasiado elevados para que a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira e a Câmara Municipal de Albufeira deixem escapar para outro local uma aposta imobiliária destas. Acrescentamos que a pressão sobre a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira é altíssima pois a quebra do contrato-promessa de venda trará custos elevados. É também público que, em dois mil e catorze, foi celebrado um



protocolo de parceria entre a Câmara Municipal de Albufeira, a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira para a viabilidade e execução da "Aldeia do Sanacai". De referir que este acordo não reuniu o consenso da Junta de Freguesia de Ferreiras, que não o assinou. No nosso entender, se as restantes Juntas de Freguesia do concelho consideraram que o projecto era promissor, porque não propõem elas próprias acolhê-lo? Recordamos que a Freguesia de Ferreiras já acolhe neste momento cinco comunidades ciganas, parecendo ser a freguesia o local para onde se "empurram" os problemas do concelho. Sendo este um problema do concelho, deve ser este, no seu todo, a contribuir para a resolução. Ferreiras está disposta a ser parte da solução e não do problema. E as restantes freguesias, qual é a sua contribuição? Ferreiras é uma comunidade que, ainda nova, vem de um passado complexo no mundo dos negócios ilícitos e das agruras associadas a diferentes problemas sociais, avançou-se significativamente e o equilíbrio parece alcançável, pesem ainda a fragilidade das condições sociais existentes. Estamos nós nessa demanda, quando, de forma atabalhoada e apressada, nos querem impor uma comunidade sem a devida preparação e sem um projeto que não integra. Por outro lado, se há claramente beneficiados com a deslocalização destas comunidades, deve ficar plasmado em protocolo quais as contrapartidas que cada freguesia encaixará com a inclusão destas populações na sua. Coloca-se assim, desde já, à discussão se, de facto, este projecto é de Interesse Público. Digníssimos Deputados, é nosso entender que não! Antes de nos debruçarmos sobre as ideias de fundo, sobre o porquê deste projecto não ser de Interesse Público, parece-nos que esta Assembleia, em especial a população e público aqui presente, carece de mais informação, para que, de forma objectiva e ponderada, os Digníssimos Deputados tomem as suas decisões e os eleitores as entendam como razoáveis, consistentes, lógicas e que preservam o interesse dos munícipes porque, não é do conhecimento público o teor do requerimento enviado pela Santa Casa da Misericórdia de Albufeira à Câmara Municipal de Albufeira. Assim, questionamos se a votação do ponto nove da Ordem de Trabalhos se refere a uma aprovação generalista do projeto "Aldeia Sanacai", permitindo à posteriori a sua execução em qualquer localização que lhes aprouver, ou se é expresso que a execução deste projecto está confinada a uma dada localização e a uma só aldeia. Na Reunião de Câmara de dezoito de Outubro último deliberou, por unanimidade, remeter à digníssima Assembleia Municipal o pedido de declaração de Interesse Público Municipal da instalação da "Comunidade de Inserção-Aldeia do Sanacai" no lugar do Escarpão.



Também na sequência da deliberação da Câmara Municipal de dezanove de Novembro de dois mil e catorze e respectivo protocolo, a Ordem de Trabalhos desta Assembleia, no seu ponto nono, apenas refere que será apreciado e deliberado o Interesse Público Municipal do projecto de resposta social "Comunidade de Inserção - Aldeia do Sanacai". Destas duas deliberações resulta uma confusão semântica que carece de esclarecimento adicional que vem corroborar a dúvida que ainda persiste: O que se vai votar? O Interesse Público do local da aldeia ou do projeto em si? Apesar do protocolo aprovado em dois mil e catorze indicar expressamente que a localização da "Aldeia do Sanacai" seria na freguesia de Ferreiras, no lugar Escarpão, a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira sentiu-se suficientemente confortável para iniciar as obras de implantação desta aldeia no lugar da Malhada Velha, de forma claramente ilegal. As obras só foram interrompidas após queixa interposta à Câmara Municipal de Albufeira, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira informado a população, em sede da Assembleia da Freguesia das Ferreiras, que nada sabia sobre este assunto. Como pode, então, esta parceria manter-se tão firme depois de uma das partes, unilateralmente, avançar para uma solução sem informar a outra? Como pode a população estar tranquila e ter confiança na boa-fé dos intervenientes que gerem esta parceria, com as declarações proferidas pela Senhora Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira de que se tratou apenas de um "problema de comunicação"? Apesar de o protocolo aprovado em dois mil e catorze indicar expressamente que a localização da "Aldeia do Sanacai" seria na freguesia de Ferreiras, no lugar do Escarpão, o projeto sofreu uma série de avanços e recuos, tendo o documento do projeto sido alvo de diversas alterações, sendo que uma das últimas trocou parte do parágrafo que designava o lugar do Escarpão como o local a edificar a referida aldeia. Interessa assim, antes de mais, saber porque foi retirado do texto original a parte do parágrafo que indicava o lugar do Escarpão como o local da "Aldeia do Sanacai"? Se foi alterado, por quem foi aprovada essa alteração? Quais as entidades consultadas? Quando e onde foi realizada consulta pública? Onde foi publicitada? Decorrente da análise do projecto entregue para consulta pública, foi possível apurar que o mesmo tem carácter provisório, com a periodicidade de dezoito meses, ou seja, a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira solicita o Interesse Público Municipal para um projecto provisório que, no nosso entender, não é de integração, apenas se pretende, pura e simplesmente, deslocalizar, a todo o custo e à pressa, estas comunidades para fora de Albufeira. A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira e a Câmara Municipal de



Albufeira, ao contrário do que anunciam, não as querem na cidade, preferem transferir os problemas sociais para a periferia do concelho, deixando o caminho livre à desenfreada especulação imobiliária. É isto considerado Interesse Público? O que se pretende com o projeto é a deslocação e posterior integração de uma comunidade que ao fim de quase vinte anos ainda não está integrada no actual local. A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira pretende reinstalar cerca de quarenta pessoas num único espaço, alegando que é integração. Ora, minhas senhoras e meus senhores, há cinquenta anos seria integração, mas já percebemos que não é enclausurando estas pessoas num gueto que se pode esperar integração. O projeto peca grosseiramente neste princípio: não integra, arruma aquelas pessoas a um canto. Todos sabemos que os casos de sucesso de integração o são por se tratar de agregados familiares base: pai, mãe e filhos - vejam o que está a acontecer em Paderne com a família que lá está. Acresce à nossa relutância o acompanhamento que se anuncia nesse projeto. Ao fim destes quase vinte anos aquela comunidade continua isolada e nos últimos três anos conseguiram que algumas senhoras conseguissem ler algumas palavras. As representantes da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira ainda alegaram que a comunidade se quer integrar. Como? Em vinte anos está tudo igual. O projeto em análise promete, em dois anos, a integração, o que não se conseguiu em vinte - só um milagre! Mas ainda há mais, nenhuma entidade, Santa Casa da Misericórdia de Albufeira ou Autarquia, assume a responsabilidade do que acontecerá se o projecto não correr bem ou se no fim dos dois anos não houver integração. Sim, esta assembleia vai apreciar favoravelmente um projecto cujas entidades promotoras se demitem das suas responsabilidades. Se o fizer, assume essa decisão perante todos os habitantes de Ferreiras. Quem vai pagar isto? Não falamos só de custos pecuniários mas dos sociais. Não vamos dar lições sobre conceito de Interesse Público a uma Assembleia que terá um conhecimento profundo da amplitude, exigência e implicações da atribuição de um título destes. Importa apenas frisar que o Interesse Público Municipal deve ser relevante para o município e, por consequência, para os respectivos munícipes. Como nos encontramos agora? Verificamos que além de não ser consensual, a população de Ferreiras não foi auscultada devidamente e a Junta de Freguesia não foi parte integrante do projeto. Sem estes dois pilares cai por terra o Interesse Público Municipal, que não é do interesse da Freguesia de Ferreiras nem dos seus habitantes. O contexto em que o mesmo é apresentado deve receber, da parte desta soberana Assembleia, uma rejeição imediata por se tratar de uma clara promiscuidade



de interesses privados com o que é do domínio público, não estando assim, no nosso entender, demonstrado qual a mais-valia, para a comunidade. Consideramos que a possível aprovação de Interesse Público é um tiro no escuro; temos que a deter a bem do efetivo superior Interesse Público. Um projeto desta natureza terá obviamente que avaliar e incidir nas quatro áreas fundamentais recomendadas pelo Alto Comissariado no sentido de garantir a essa comunidade o acesso à educação, ao emprego e à formação profissional, à habitação e à saúde. Entendemos que não se deve actuar no sentido estrito da palavra "acesso" e que toda a dinâmica deste projeto deve conter as melhores opções e soluções possíveis em cada área. Só após essa ponderação poderá existir informação cabal das várias opções consideradas e o porquê da opção final. Foi esse trabalho que esta Associação desenvolveu nas últimas semanas e, humildemente, consideramos que o projeto "Aldeia do Sanacai" não observou essa preocupação, vendo apenas o problema a jusante, num claro afunilamento da solução pretendida. Consideramos existir uma localização que pode contemplar de forma aprofundada as quatro áreas referidas, num contexto apaziguador e de melhor resposta social. Continuamos disponíveis para apresentar as nossas reflexões sobre esta problemática a quem de direito, bem como aos Digníssimos Deputados, se assim o desejarem, pois visamos a integração efectiva desta comunidade, a qual não passa certamente por uma simples deslocalização. Muito se fala, nos tempos de hoje, da crise da representatividade, da não identificação da população com a classe política e da desconfiança permanente sobre a mesma. Digníssimos Deputados Municipais, só a transparência poderá inverter esta realidade. Cresce a cada hora o número de pessoas que resolveu juntar a sua voz à nossa, no sentido de defenderem os seus interesses como cidadãos individuais e colectivos em toda a sua plenitude na defesa da Freguesia de Ferreiras. Em suma: estando perante um projeto que não reúne a aceitação de todos os intervenientes, em especial da freguesia que representamos, tendo este projeto um carácter provisório e não integrador, mas segregador, que não contempla de uma forma aprofundada as áreas fundamentais recomendadas pelo Alto Comissariado, estando os interesses privados em confronto com os públicos sem se acautelarem problemas sociais decorrentes de um processo pouco transparente e tumultuoso, solicitamos aos Digníssimos Deputados Municipais que ponderem os argumentos por nós expostos e deliberem que este projeto não reúne as condições para ser considerado de Interesses Público Municipal. Exmo. Presidente, algo de Interesse Público é isso mesmo: já está a interessar ao povo de Ferreiras. Esta



Assembleia não pode assumir uma decisão que vá contra os seus representados. Ao fazê-lo erradamente terá de prestar contas dos seus atos no tempo e locais certos. Esta associação não terá memória curta e o povo de Ferreiras também não".-----

Lino Aquiar: "Não tenho nada a acrescentar uma vez que foi extensa esta apreciação".-

Ana Rosa: "Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, muito boa noite a todos. É complicado falar sobre este projeto. De facto, é do conhecimento de muitos desta sala que faço parte dos órgãos da Santa Casa. No entanto, não vim aqui em representação da Santa Casa e aquilo que vou dizer é em meu nome pessoal. Como cidadã de Albufeira, não sou natural de Albufeira, mas trabalho em Albufeira desde mil novecentos e setenta e três e radiquei-me em Albufeira desde mil novecentos e setenta e seis, e, portanto considero-me cidadã de Albufeira. Lamento verificar que uma situação e um problema humano e social, que persiste na frente dos nossos olhos há mais de vinte anos, foi transformado em matéria política e até em arma de arremesso entre duas freguesias do nosso concelho. Somos demasiado pequenos para estas lutas, para não resolver um problema que está perante os nossos olhos há tanto tempo. Concordo com muito do que foi dito no depoimento anterior. Certamente que o projeto não será perfeito, provavelmente a localização não é perfeita, mas é uma solução para um problema que tem vindo a persistir e que até aqui ninguém fez nada. Ninguém se dignou falar das condições em que estas pessoas estão a viver neste momento: sem telhado com a chuva a entrar-lhes pelas barracas a dentro e sem as mínimas condições para serem recuperadas. E, portanto, isso é, para mim, o fator mais importante em toda esta situação. É, de facto, um projeto uniforme, de facto aquelas pessoas que estão em barracas sem telhado e esburacadas vão viver, não para contentores como aqui foi dito mas para casas pré-fabricadas, de madeira como hoje existem em todos os lados, a localização é a que foi aceite e aprovada em protocolo pela Câmara Municipal de Albufeira, pela Santa Casa da Misericórdia, pela Junta de Freguesia e pela Segurança Social. E, obviamente, as infra-estruturas que não existem estão protocoladas para serem instaladas no local. O local não é, de facto, o melhor mas finalmente tenta-se dar a solução a um problema. Ainda ontem estive nesta mesma sala. Saí daqui muito satisfeita com a cerimónia honrosa que premiou e que honrou todos os nossos concidadãos que trabalharam arduamente e voluntariamente na catástrofe que nos atingiu no ano passado. E saí daqui a pensar: "quando queremos somos bons". Mas porque é que só nos unimos na catástrofe? Porque é que não nos unimos no positivismo e para dar soluções aos problemas que temos todos



os dias? E, relativamente ao que foi aqui falado da Santa Casa, e agora neste momento passo a falar em nome da Santa Casa, toda a gente me conhece como ligada à imobiliária e a negócios imobiliários, não estou ligada a este negócio, senão pela minha função dentro da Santa Casa, e há muita maneira de fazer os negócios. Os negócios todos têm um preço e têm um preço conforme as condições que têm. De facto, seria o caminho mais fácil para a Santa Casa negociar com o potencial comprador e dizer: está aqui o terreno, tem aqui esta comunidade, o senhor compra e a sua responsabilidade é resolver este problema. E aí o que é que acontecia? O novo proprietário fazia aquilo que a Santa Casa não quis fazer: punha uma providência cautelar em Tribunal, libertava o terreno e passava o problema para as mãos, obviamente, da Autarquia e das comunidades locais. Não foi isto que se quis fazer. Esta Provedora e esta Mesa estão desde dois mil e doze a trabalhar com esta comunidade - não é desde agora. Aquilo que se disse aqui, que a urgência é por causa do negócio, não é verdade. O negócio foi acertado em Dezembro de dois mil e quinze e o protocolo que existe com a Câmara de Albufeira foi assinado em Novembro de dois mil e catorze: nada tem a ver uma situação com a outra. É óbvio que compreendo as preocupações mas às pessoas que aqui estão, e folgo por ver aqui muita gente jovem e interveniente, é disso que a nossa comunidade precisa, cabe-lhes exactamente pugnar para que a solução seja aquilo que é: o projeto é de integração, a Autarquia não tem habitação social para colocar dispersamente estas famílias, foi encontrada esta solução, ela foi protocolada e agora é para avançar e eu peço aos senhores Deputados Municipais que não se perca esta oportunidade de melhorar a vida daquelas famílias e pugnar para que a solução, que é provisória, realmente, se converta na atribuição de habitação social às pessoas. Este verão tivemos pessoas de comunidade cigana a trabalhar na Santa Casa da Misericórdia, este verão tivemos um campo de férias para os miúdos de etnia cigana, já conseguimos que tenham tempo extra nas escolas e o aproveitamento dos miúdos já está a melhorar. De facto, pela primeira vez, estamos nos últimos quatro anos a fazer alguma coisa por aquela comunidade. O que é preciso que os senhores Deputados entendam é assim: estamos dentro de um terreno privado e qualquer privado tem os meios legais à disposição para pagar o seu terreno de qualquer ocupação ilegal. Como este privado se trata na realidade de uma instituição social que muito faz por esta comunidade, e trabalha arduamente na solução dos problemas sociais, não quis, obviamente, ir nesse caminho, não quis seguir o caminho que a lei lhe confere, e quis sim entrar por um caminho de organizar um projeto para preparar estas pessoas para



virem a ser integradas em habitação normal e como famílias normais. Portanto, peço a todos que votem em consciência e que não se perca esta oportunidade de resolver este problema. Muito obrigada".-----

José Neves: "Boa noite. Cidadãos de Albufeira. Eu, se calhar, sou o mais novo. Alguém se lembra como foi tratada Ferreiras em mil novecentos e oitenta e dois? Não sabem? Sabem quem é que limpou as Ferreiras do problema da droga? Não interessa. Agora uma pergunta que eu faço: se foi tudo decidido com a Santa Casa, com a Segurança Social, como é que nós não fomos ouvidos? A senhora disse que há vinte anos que resolveram o problema, quer dizer: estamos na mesma, não resolvemos nada. A Selva, que é no Norte de França, tinha lá mil e não sei quantos, ou dez mil, e eles distribuíram todos os imigrantes ilegais por França. Como é que nós temos quarenta famílias e vamos juntá-las todas no mesmo sítio? Há aí um problema para resolver. Outra situação: ouvi dizer que nós temos ciganos. Eu não estou a dizer que não são pessoas. São pessoas exactamente como nós, só têm uma diferença: nós pagamos impostos, nós compramos casas, todos os dias um bocadinho do nosso vencimento fica para o Estado. Eu pergunto: quando isso foi decidido, já que no Escarpão não dava, no Escarpão não dava pôr as quarenta famílias, ou separá-los, mas isso não foi posto em questão, o Escarpão não deu, para as Ferreiras, qual a razão? Ninguém sabe? Alguém sabe? Isto era o que eu gostaria de saber. Eu não tenho nada contra os ciganos, eu também foi imigrante, várias vezes, e se calhar os imigrantes deste País são mais bem tratados do que eu fui nos outros Países, e são Países civilizados, que a gente diz que são civilizados na Europa. Outra questão: a senhora que falou primeiro em nome pessoal e depois em nome da Santa Casa. Então, se a Santa Casa não tem problema em repartir os ciganos, ou pô-los noutra parte, porque é que escolheu as Ferreiras? Há aqui algum lóbi para pôr os ciganos nas Ferreiras? É que, hoje, se olharmos para as Ferreiras, é uma zona mais bonita do concelho de Albufeira. Pode-se considerar um dormitório, toda a gente diz isso, mas não, é uma zona bonita de Albufeira, uma das freguesias mais bonita da Albufeira. Temos problemas com saneamento, internet, telecomunicações, ninguém se preocupa com isso. Estão preocupados é com os ciganos. A última coisa que eu ouvi, que Câmara não sabia que os estavam a instalar lá, mas entretanto já tinham dado a água. Há aqui qualquer coisa que também não joga. Agora pergunto eu, nós andamos aqui a brincar? Ou aquilo que a gente paga não interessa? Interessa é o poder político, isso aí o poder político leva, isso já é normal, e vai levar. Não há ninguém nas Ferreiras que seja contra a integração dos ciganos, mas como eu tenho deveres de pagar os



impostos, os senhores ciganos também tem que pagar os impostos, para terem direitos, assim como eu tenho direitos, para votar. Os senhores ciganos não pagam impostos, nem votam. Onde é que ficamos? Obrigado. Espero que tenham uma boa decisão". -----

Paula Santo: "Na medida em que o problema das Ferreiras já foi apresentado em tempo extenso, não tenho nada a acrescentar. Obrigada."-----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos. Saudar a vossa presença. Naturalmente é sempre um prazer ver que a população se interessa por estas questões, pelas questões da política, devo dizer que para mim é com satisfação que vejo a participação das pessoas, e também parece que há aqui algumas confusões e alguma falta de informação. Eu ouvi, e no mesmo discurso, ouvi incoerências, acusações, falta de transparência por um lado, mas depois, referem por outro que, afinal de contas, o protocolo era público. Como é? Está publicado há dois anos nas atas da Câmara, portanto não vejo onde é que pode haver qualquer falta de transparência, algo que é publico, está publicado, toda a gente sabe, mas ninguém se preocupou há dois anos com essa questão. Isto foi a Reunião de Câmara a dezanove do onze de dois mil e catorze, foi aprovado, e, que eu saiba, também foi falado aqui em alterações e que eu saiba, até este momento, e eu sou Presidente da Câmara, portanto, naturalmente, estou nas reuniões, acho que neste mandato faltei a uma, não pude estar presente, as reuniões de Câmara são todas públicas, são todas publicitadas as suas decisões, não são todas públicas, Há uma por mês que é pública, mas as suas decisões são todas publicitadas, portanto não há aqui nada escondido. E quem lança esse tipo de suspeição, eu acho que tem que ter mais um bocadinho de cautela, porque aqui não há rigorosamente nada escondido. O protocolo também ouvi dizer que foi alterado. Não foi alterado. Eu não conheço alteração nenhuma ao protocolo que foi celebrado em dois mil e catorze. Não há alteração absolutamente nenhuma! Portanto, se andam a dizer que mudou de um lugar para outro que isto é tudo muito pouco transparente, e não sei que mais em que é que ficamos, bom, ficamos no início. No início foi aprovado uma coisa e que, até hoje, não foi alterada, e o que está lá bem escrito é Escarpão. Depois ouço, e devo ouvir claro, aquilo se se fala, e fico às vezes estupefacto com certas conclusões que se retiram, supostamente por bondade, e grandes conhecimentos técnicos, e depois tenho aqui, algures, mas isto aprovado pela rede social onde participaram, uma série de instituições, e em que é aprovado por unanimidade, com CPCJ, a Câmara Municipal, todos os Presidentes de Junta - disseram que as pessoas não são auscultadas - todos os Presidentes de Junta estiveram lá presentes e todos votaram por unanimidade este



projeto, e neste projeto já estava definido que era no Escarpão, e de lá para cá não há uma decisão de Câmara, a fazer qualquer alteração a este projeto. Portanto, isto é bom que fique bem claro nas pessoas, porque parece que vai aí alguma falta de informação. Portanto, da Câmara, e isto é bom que fique claro, eu vou repetir para que não haja dúvida absolutamente nenhuma: foi aprovado em dois mil e catorze - eu tenho aqui uma cópia da ata - foi aprovado em dois mil e catorze e até este momento não houve alteração nenhuma em relação aquilo que foi protocolado. Zero alteração! E onde está perfeitamente mencionado que é no Escarpão, e que envolve um projecto de Inserção Social, com o respeito das Normas Europeias, das Normas Portuguesas de Acolhimento, e que já mereceu a aprovação da Segurança Social; portanto, as pessoas, os técnicos, pelos vistos não saberão fazer a apreciação correta desta situação. E isto surge tudo porque em dois mil e catorze eu não ouvi nenhuma contestação, esta contestação, que eu tomei conhecimento recentemente, quando surge a questão de estar a ser implantado na Malhada Velha, aí é que surge a contestação, e depois lançou-se a confusão: há alguém interessado em lançar a confusão na Freguesia das Ferreiras, e é bom que os senhores estejam alertas para isso, e depois eu até ouvi que era no Pinhal; foi a primeira vez que eu ouvi, e ouvi um senhor que me alertava se eu achava bem que ficasse junto a uns depósitos de água. Eu nem sabia do que ele estava a falar, porque nunca me tinha ocorrido que seria o Pinhal, depois é que me vieram dizer mais tarde, que afinal andou alguém a espalhar papelinhos, dizendo: "Ai Jesus, que vêm para aqui os ciganos!" Portanto, há alguém que anda aqui a brincar com a freguesia das Ferreiras, e, seguramente, não é a Câmara Municipal, que tem feito tudo com o máximo de transparência e absoluto rigor e sem andar aqui com trapalhadas, até porque, na sequência desta deliberação, nós tivemos que tratar as coisas, para ser possível que lá fosse instalada a Aldeia de Sanacai; e isso implicou, inclusivamente, uma alteração simplificada do PDM. Foi publicada em Diário da Republica. O que é que há aqui escondido? Digam-me, que é para eu saber! Eu não quero nada escondido, quero tudo clarinho, como água, como também há pouco referiu que eu não tinha conhecimento da hipótese do terreno. Eu cheguei a saber dessa intenção da Santa Casa. O que eu disse nas Ferreiras é que não tive conhecimento da obra, isso tenho através duma reclamação que vem aqui uma senhora fazer, agora falha-me o nome da senhora, mas estou a vê-la, é através dela que eu tive conhecimento da obra. Eu tinha conhecimento de uma intenção. Mas uma intenção é algo que é uma hipótese, e eu como tenho mais que fazer do que estar a matutar sobre hipóteses, apresentem-me coisas



concretas, e pedidos concretos. Até haver pedidos, até haver circunstâncias, eu não sei! Até porque, quando me puseram essa questão, foi: e é possível aqui? Eu não sabia se era possível, não sou eu que mando nisto, há regras, há regras que estão fixadas em PDM, em PROTAL, há Reservas Ecológicas, há Reservas Agrícolas. Portanto, eu não posso fazer aqui o que eu quero, nada disso, eu estou sujeito à Lei, como todos nós estamos sujeitos à Lei, e, portanto, coloquei a hipótese: "Pergunte aos técnicos, se é possível". Depois, a seguir, seria preciso um parecer da Agricultura e a Agricultura só daria parecer se houvesse uma decisão da Assembleia Municipal. Ora, não tinha entrado nada em Assembleia Municipal, só entrou muito posteriormente aquela questão da obra; veio aqui um pedido à Assembleia Municipal sobre esta matéria. Até aí, eu estive na ignorância da obra. Isto é verdade! Assim como foi referido que há uma incongruência, porque estava lá o contador da água. Como é que a Câmara pode dizer que não sabia da obra, se estava lá o contador da água? É outra falta de informação. Porque, de facto, foi lá colocado, ao que sei, porque eu não fui lá vasculhar, mas ao que sei foi lá colocada uma zona para colocar um contador de obra, e que havia água, mas que a água, vinha dum outro contador, salvo erro dum vizinho; portanto a Câmara não foi lá colocar nenhum contador de obra, e tanto quanto eu recorde, quando o pedido de contador de água chega a Câmara, por acaso até foi indeferido. Portanto, isto aqui não há nada de escondido! É bom que as pessoas tenham consciência do que dizem! Que me digam: "Não concordamos!" Isso aí eu aceito, a opinião é algo que é livre; agora, lançar acusações devem ser feitas com base em factos, que é para não sermos injustos, e isso é algo que eu sinceramente... Ouvei aqui algumas coisas, que não gostei, naturalmente, porque considere-as injustas, e, se eu gosto que as pessoas participem na política e devem fazê-lo, não é só apontar os dedos aos políticos! Devem fazê-lo de uma forma nobre, para serem credíveis, porque se não for feito de uma forma nobre, então não vale a pena participações desta natureza. Vale a pena participações, sim com nobreza, que é isso que também se exige aos políticos - que façam política com nobreza -, porque a política é muito bonita e a politiquice é que é muito feia e isso eu não gosto mesmo nada. E não quero saber disso para nada! Eu gosto de fazer política, a política é algo que é nobre: representamos as populações, e quando estivermos convencidos que estamos a fazer o bem, naturalmente com erros, não há ninguém que não possa cometer erros, mas estamos aqui para desenvolver e defender o interesse público, é disso que estamos cometidos, é essa a nossa função, não é outra. E eu também ouvi para aqui falar de faltas de transparência. Isso são acusações que é preciso ter



cuidado, porque sobre pena de sermos injustos, e eu penso que ninguém aqui, embora claro seja desculpável, que eu acho que há falta de informação. Porque daquilo que eu ouvi, das intervenções que eu ouvi há de facto falta de informação. Não houve alteração nenhuma a nada, desde o princípio. Eu volto a repetir: se tiverem alguma dúvida é só ir consultar os documentos, consultar a Câmara Municipal, pode consultá-la é um livro aberto, não houve desde esta data, dezanove do onze de dois mil e catorze, em que nós aprovamos este protocolo, por unanimidade, não houve rigorosamente alteração nenhuma da apreciação da Câmara! É só para dizer o seguinte: também ouvi aqui, que estão aqui questões privadas. É mais uma falsa questão: privadas porquê? Porque está num terreno privado? Bom, mas temos aí mais ciganos em terrenos privados; e não vou por outros caminhos! Estamos ali numa zona, e há pessoas a viver em condições absolutamente deploráveis, e, portanto, a Câmara aceitou, em cooperação com uma entidade, que, não obstante de ser uma entidade particular, que eu saiba, desenvolve e trabalha no interesse público. Eu não conheço, e se puderem depois explicar-me eu agradeço - não direi nesta Assembleia, mas estou aberto a explicarem-me - quais são os interesses privados que constam do objecto da Santa Casa da Misericórdia. Gostava de saber, já agora, a gente está sempre a aprender. É que eu não conheço! A Santa Casa, como outras instituições do concelho, desenvolve, em conjunto em colaboração com a Câmara Municipal, o interesse público; e até estou a ver alguns representantes de algumas associações que desenvolvem o interesse público, porque a Câmara Municipal, naturalmente, não tem vocação para fazer tudo! Nem a Câmara, nem o Estado! E, por isso, até é bom que os cidadãos se organizem em cidadania para, precisamente, também ajudarem a desenvolver esse interesse público, porque isto é de todos nós! Eu não sou dono de nada disto! Isto é tudo nosso! Pertence à comunidade de Albufeira. Não é um exclusivo da freguesia de Albufeira, ou da freguesia de Ferreiras, ou de Paderne; isto é algo que é um bem público, nosso, ninguém aqui é dono de nada! Portanto, eu quando estou aqui, quando a Câmara está aqui e aprova por unanimidade o projeto, com o parecer de toda uma comunidade em rede, por unanimidade, a Câmara não está aqui a tomar uma decisão leviana: antes ouviu os parceiros todos, ouviu-os a todos! Ouviu a rede social, e foi aprovado por unanimidade. Será que aquela gente toda que está ali, não sabem o que andam ali a fazer? Não acredito! Santa paciência! Já posteriormente, num passado recente, submetemos isto novamente à Segurança Social. Também aprovou! Portanto, quando dizem depois de todos juntos, é muito mau, que lágrimas de crocodilo, deixem-me



desculpar: então vamos fazer inserção social, pondo um aqui e outro além, e outro não sei onde? E depois onde é que estão as equipas para isso? Quantas equipas é que são precisas para isso? E vamos pôr logo as pessoas, como alguém já alvitrou, vamos pôr logo as pessoas dentro de casas, sem quaisquer competências adquiridas? Também é solução? Para já, nem temos casas suficientes para isso; mas, e se tivéssemos, seria a melhor solução? Eu não me parece, e já houve experiências no passado, em que se fez precisamente isso, e que não resolveu nada. E, portanto, ou temos um projecto que pretende desenvolver competências, que pretende cuidar de que os meninos vão, de facto, à escola, para não ser apenas para receber o subsídio, que haja uma efectividade de integração e um ensinar de competências, que, naturalmente, será acompanhado pelo Município, nós não destacamos para lá técnicos municipais, uma vez que isso são obrigações da Santa Casa, que até, nesse sentido, irá ao mercado de emprego destes jovens, porque a economia social hoje também é algo de muito importante na sociedade. É um projecto todo ele integrado, onde, naturalmente, a Câmara como parceira, a Câmara, o Município de Albufeira, porque a Assembleia Municipal, naturalmente, tem sempre uma palavra a dizer nestas matérias, onde tem a representação de todos os Presidente de Junta do concelho, tem toda a faculdade de fiscalizar o cumprimento de um contrato. É um contrato de prestações contínuas ao longo de tempo; aliás, isso é natural que assim seja, senão dá-se o incumprimento do contrato, do protocolo. Há obrigações de parte a parte e têm que ser cumpridas: quer o Município, pelo seu lado, quer a Santa Casa, por outro. E isto está tudo desenhado, no sentido de mantermos desde o início o mesmo caminho, o mesmo rumo, sem qualquer alteração para o Escarpão. Portanto, é isto que eu tenho para dizer, e dizer que não há aqui trapalhada nenhuma. Há um querer resolver um problema. Temos mais problemas sociais para resolver, estamos sempre a resolver problemas sociais, de mais diversa natureza; e notem, que é uma prioridade deste Município, e tem sido desde o princípio; sempre as questões sociais, em primeiro lugar. Mesmo quando estivemos numa fase, de fracos recursos financeiros, foi sempre a prioridade deste Município: questões sociais. Desde a parte da educação: é inadmissível neste concelho que o menino fique sem uma refeição, porque os papás não tem dinheiro. Se não têm dinheiro a Câmara resolve com os papás, o menino come na mesma. Desde as bolsas de estudo, nunca faltou dinheiro para pessoas, que estavam qualificadas, terem as suas bolsas de estudo. Damos apoio ao arrendamento; temos dado, também, habitação social, aquela que temos, estamos a desenvolver projectos grandes para mais habitação social, destinados aos jovens,



destinado a pessoas que não tenham que ir daqui para outros concelhos, e, portanto, a preocupação social é imensa neste Município, minha e de todos os Vereadores. Portanto, nós temos um cuidado enorme com o exercício do mandato que temos, na boa gestão dos dinheiros públicos, para que ninguém possa sentir-se defraudado com essa boa gestão - e que seja bem aplicado, é isso que todos nós queremos! E é isso que estamos a fazer, desfazendo qualquer engano que possa haver, e estão aqui outros Vereadores que me poderiam corrigir se eu estivesse a dizer alguma asneira. Às vezes, a memória também me poderá falhar, mas que eu saiba, desde que foi tomada a decisão, o que se fizeram foi os procedimentos, todos eles consequentes, na direcção daquilo que foi acordado de início, e que eu saiba não houve nenhuma alteração no sentido de se colocar esta comunidade no Escarpão, para que seja dotada e acompanhada por toda a comunidade; naturalmente, a Segurança Social também irá acompanhar, a Câmara também vai acompanhar (eu quero ver se estão a cumprir), o Município, a Assembleia Municipal naturalmente também irá acompanhar. Isto não será pôr as pessoas, jogá-las para lá para um canto. Agora a alternativa qual é? É que eu ouvi aqui falar muito, mas não ouvi alternativas. Qual é a alternativa? Apartamentos? Vamos separá-los aí por apartamentos, equipas sociais? Então isso é que é mesmo jogar o dinheiro e privar, eventualmente, casais novos, dos tais contribuintes que falam, desses apartamentos. Que, se a questão é jogá-los todos para dentro de apartamentos sem lhe dar competências nenhuma, sem trabalharmos nada, então isto é um barco sem fim. Nós queremos fazê-lo, mas quando eles estiverem já dotados de competências para poderem ir para lá e poderem viver em conjunto com o resto da comunidade e que os seus filhos tenham uma educação adequada e possam amanhã ser cidadãos úteis. É isto que nós queremos fazer. Conseguiremos? Não sei. O futuro a Deus pertence, não sei dizer, agora sem tentarmos é que eu ficaria muito mal com a minha consciência".-----

Lino Aguiar: "Para refutar esta sua apreciação, de facto nós, tem toda a razão: há falta de informação e como há falta de informação, nós procurámos toda a que estava disponível, e a que estava disponível - e não encontrámos mais nenhuma - foram dois projetos, elaborados pela Santa Casa da Misericórdia, e que, de facto, num dos parágrafos de um deles consta lá que o local a edificar a Aldeia é o lugar do Escarpão e o parágrafo foi truncado e não consta lá essa parte do Escarpão. Portanto, é um documento que aqui temos, não sei se é oficial, se não é. O que é certo é que tem o logotipo da Santa Casa da Misericórdia e está aqui. Portanto, nós não fizemos nada,



nós limitámo-nos a ler aquilo que estava disponível, e o que estava disponível era muito pouco. Faço aqui este esclarecimento, se não se importa. Depois o Senhor Presidente diz "onde é que estava aqui envolvido o interesse privado?", e, de facto, a Santa Casa da Misericórdia, apesar de ter uma atuação ao nível dos mais carenciados e outras actividades que desenvolve, não é pública, é uma associação, é uma instituição de carácter privado. E tanto é que está a fazer do terreno uma venda e quer encaixar um valor financeiro. Não é novidade para ninguém, a Senhora Provedora disse-o em Ferreiras, na Assembleia de Freguesia. Depois o Senhor Presidente também referiu que não há alternativas. Pois nós, como associação, apontamos, de facto, na nossa exposição que temos algumas alternativas e podemos apresentá-las. Aquela senhora que falou primeiro também falou em alternativa, falou concretamente na alternativa "Bússola". É um terreno bastante espaçoso, tem cerca de dez hectares, penso eu, é da Santa Casa da Misericórdia. Não se percebe como é que se quer transferir para um terreno que tem alguns problemas, nomeadamente faz parte de Reserva Agrícola. Há alternativas, temos é que, se calhar, pensar mais e elas vão aparecer. Era esse esclarecimento que queria fazer".-----

José Neves: "Eu só queria que aquele senhor ali dissesse: "Nas Ferreiras não vamos ter os ciganos". Não problema nenhum. Só a Câmara Municipal de Albufeira, na pessoa daquele Senhor, que é o representante da Câmara, dizer-me assim: "Os ciganos vão ficar no Escarpão e não vão ficar nas Ferreiras. " Está o problema resolvido".-----

Presidente da Assembleia: "Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente vou só fazer um esclarecimento: o que a Assembleia está hoje aqui a deliberar é o sítio Escarpão, é a Comunidade Sanacai - Escarpão, única exclusivamente. Portanto, já lhe estou a responder a si, não a usurpar as funções do Senhor Presidente, mas é um esclarecimento público".-----

Presidente da Câmara: "Muito obrigada pela resposta, está dada. O que está aqui em causa, e o que a Câmara pediu foi que fosse declarado o Interesse Público foi no Escarpão, não foi mais lado nenhum. Portanto, a sua pergunta está respondida. E já agora responder aqui novamente: quando se coloca a questão da forma como coloca, eu percebo, mas aí uma premissa que está errada. Eu percebo o raciocínio, percebo a conclusão, percebo as premissas, mas a premissa que esta inerente a isso é: os ciganos. A questão dos ciganos da Orada é uma questão exclusiva da Santa Casa, então ela que resolva isso por ela. Isso é um raciocínio que esta viciado. A questão dos ciganos que estão em Albufeira, em zonas de forma ilícita, não é uma questão da Santa Casa, não é



uma questão do proprietário do terreno, é uma questão que é municipal. Esse raciocínio, que eu percebo, tem um vício numa premissa: é que, quem tem que resolver o problema não é a Santa Casa, quem tem que resolver o problema é o Município, somos todos nós. E, portanto, se assim é, esse raciocínio peca. Se fosse assim, a Santa Casa agora é que tem obrigação... Também gostava de saber onde está a obrigação de resolver os problemas sociais dos ciganos, ou de outros. Ela faz, está no seu objetivo fazer, resolver problemas sociais: tem lar de terceira idade, tem a questão dos meninos com problemas de deficiência, apoio às famílias, enfim... tem uma série de valências que trabalha. Mas não está lá que tem que ser ela a resolver estes problemas! O problema é municipal! Grande parte das coisas que a Santa Casa resolve, ou a AHSA por exemplo, ou a Fundação Silva Leal, que são atribuições que deviam ser do Estado, e quando eu falo Estado, falo de Estado Central e Estado Descentralizado, como é o caso de uma autarquia; devia ser, mas não é. Não tem capacidade para isso! Todos nós sabemos disso por experiência. Não obstante termos lá na Constituição da República que o cidadão tem direito à habitação, à saúde, educação, enfim... tem direito a isso tudo, mas depois chegamos à realidade e não é bem assim; e se não forem também as comunidades e os cidadãos praticando cidadania, associando-se e ajudando o Estado, que o Estado somos todos nós, se não for isso vamos ter deficiências cada vez maiores, se dissermos "O Estado que resolva", quem tem fome hoje, se resolver a questão daqui a dois anos, quando vier a solução, já provavelmente a pessoa cá não está. Portanto, eu acho que percebo, e percebi, e compreendi algumas preocupações, eu penso que neste momento não há razão para estarmos com isso. O processo foi todo direitinho desde o início, não foi escondido absolutamente nada - porque se há coisa que eu não gosto é de coisinhas debaixo da manga -, tudo clarinho e transparente. O documento que o senhor mostrou há bocadinho, é um documento que não é da Câmara Municipal. Da parte da Câmara, e do Município de Albufeira, não houve o mínimo desviar: desde o princípio, até este momento em que estamos aqui sentados, e digo isto olhos-nos-olhos, e sem problema de alguém me vir amanhã desmentir, porque eu estou a dizer a pura da verdade. Portanto, acho que houve aí celeumas que foram levantadas. Houve razões para isso, compreendo, aceito, mas neste momento não me parece que dois anos depois de se conhecer e de a Câmara se ter vinculado em conjunto com a Santa Casa a resolver um problema social em que ela se disponibiliza em fazer uma determinada assistência social e o projeto que vai ao encontro daquilo que hoje se diz "A Europa, o Estado Português". Nesse sentido, aprovado por todos os parceiros sociais. Eu até leio



aqui nomes, depois oiço intervenções atuais e até fico um bocado espantado. Mas estão cá, e esta ata é pública. Mas também não vejo razão nenhuma para a esconder! Portanto, poderá passar a ser pública. Eles estão cá, e, portanto, eu devo dizer que houve participação. Contrariamente ao que foi aqui dito, houve participação: esteve aqui a ASCRATIA, a Associação de Moradores de Albufeira, a Associação Humanitária e de Solidariedade de Albufeira, a Associação Portuguesa de Apoio à Vitima, o Banco do Tempo, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Albufeira, a Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Ferreiras), a Direção dos Serviços de Educação do Algarve, a Fundação António Silva Leal, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, os Presidentes de Junta todos, a Provedora da Santa Casa, o Serviço Local de Segurança Social de Albufeira, esteve aqui a UGT também, a CASA, a AHETA, e depois a votação foi: por unanimidade. Por isso, se isto é falta de transparência com esta gente toda aqui..." -----

João Patacão: "Eu peço ao Senhor Presidente que nos compreenda também porque nos últimos meses, quando surgiu esta celeuma, e me veio parar às mãos, que a Junta de Freguesia o disponibilizou (a Santa Casa disponibilizou à Junta de Freguesia para permitir a consulta pública), e o projeto que nós vimos, anexo ao tal protocolo, creio eu que era o protocolo, não o li todo, mas reparei que faltava a assinatura da Junta de Freguesia das Ferreiras. Posso ter visto mal. Mas, por cima desse protocolo, estava um projeto já para a Malhada Velha. Isso levantou uma confusão tremenda. Não sei se a Câmara teve conhecimento ou não, mas pode questionar a Santa Casa da Misericórdia, porque é que inicialmente havia uma ideia, um projeto, que é o que foi aprovado, de integração e, de repente, surge um para a Malhada Velha, com a planta. Portanto, era claro que era para a Malhada Velha! Onde havia lá uma série de situações que nos pareceram duvidosas, no que diz respeito à integração, com fundamentação teórica, e isso levantou dúvidas nas pessoas, porque, de repente, já havia dois. E o que é certo, ou o "diz que sim", ou "de boca em boca", começou-se a passar a ideia que o outro estava a morrer. É este aspeto, esta novidade, assim de última hora que surgiu no final do Verão associado - agora vou ter que juntar as duas coisas - à venda do terreno. É evidente que a gente sabe somar dois e dois. Isso cria confusão nas pessoas e, tem que me desculpar, mas o que é certo é que nós começámos a ver, a analisar as coisas, e o que é certo é que eles querem despachá-los depressa e arranjar uma alternativa, num terreno que é deles. Isso é uma das coisas que a Câmara poderá questionar à Santa Casa: porque é que o projeto depois foi convertido noutra, foi colocado por cima, na



pasta onde está o protocolo? E, compreendam, eu não vi lá o outro! Eu vi lá o novo, em que o objetivo era Malhada Velha e não Escarpão. Além disso, o próprio projeto fala em, no máximo, dois anos. Será que em dois anos vão conseguir integrá-los? É outra questão que se levanta. Eu tenho sempre alguma esperança de que o projeto que está aprovado, e que está a seguir os seus trâmites no Escarpão, seja um projeto provisório, senão eles vão lá ficar sempre. De qualquer forma, entendo que há uma comunidade cigana que nós temos no nosso concelho, que estão em terrenos próprios, creio eu, adquiridos por eles. Porque, pelos vistos, eles tinham interesse em se integrar, em arranjar um espaço próprio, deles, não emprestado, não cedido, e muitos deles já estão integrados, estão a trabalhar. Porque é que esta comunidade, ao fim de vinte anos com a intervenção que tiveram, pelo que me parece, não estão integrados, não estão a trabalhar? E são trinta e tal. Agora, a questão é: se eles estão lá, naquele espaço que é miserável, acredito que seja, ao fim de vinte anos, a iniciativa deles ainda não lhes levou a arranjar melhores condições. E pergunto eu, então: Se eles se querem integrar, porque uma das assistentes disse que eles se queriam integrar, porque é que não começaram ali logo, onde estão, na Orada, porque é que não começaram a dar sinais? Há essas indicações mas estão na Santa Casa. Mas poderá haver alguns sinais mas parece-me que são muito poucos. Eu peço que compreendam! Voltando à questão: esta confusão deu-se pelo facto de ter surgido um outro projecto, e que está eliminado. No nosso entender, nesse projecto estava escrito que tanto a Câmara como a Santa Casa, e aí invoco a Câmara, ... a Santa Casa se desresponsabilizava após vinte e quatro meses. Senhor Presidente, não estou a pedir para esclarecer aqui, porque não tem conhecimento, mas que tentasse saber o que é que se passava, porque surgiu um projeto paralelo e não é bom. Portanto, o protocolo que vocês têm com a Santa Casa parece-me, e se calhar aos demais presentes, que era num sentido mas depois houve outro percurso paralelo, a ver se pegava, passo a expressão. Não sei, mas acho que a Câmara aí deveria questionar a Santa Casa sobre essas alternativas. Tanto é que chegaram a começar obras naquela zona, não é? Tenho dito!" -----
Pedro Bailote: "A minha questão prende-se com o princípio de igualdade social. Estamos aqui há dezanove anos a falar em integrar uma comunidade com trinta e nove elementos. Já falámos de outras: estão cinco nas Ferreiras, estamos a falar de cem, cento e cinquenta pessoas, duzentas pessoas. Nas Ferreiras são oito mil, desses oito mil há pessoas que trabalharam uma vida inteira, contribuíram uma vida inteira, contribuíram à sua maneira, com o que sabiam, umas analfabetas, outras com poucos



recursos, ainda hoje soube através da Junta, que não têm as condições básicas de vida. Mas porque é que não se leva dezanove anos a falar dessas pessoas? Porque é que não se leva dezanove anos a falar de outras pessoas que estão no concelho de Albufeira? Certamente, que é muito maior. Vamos passar mais dezanove anos a falar deste assunto? Qual foi o resultado de dezanove anos de trabalho da Santa Casa da Misericórdia? Um trabalho meritório, e com toda a intenção. Atenção: nem de intenções o mundo vive! Se não há resultado, vamos mudar de caminho. Vamos pedir ajuda. Nós estamos cá como Associação para ajudar. Estão outras Associações, outras pessoas com interesse em ajudar. Vamo-nos juntar todos e vamos todos arranjar uma solução. Agora, continuar a cavar no mesmo sítio, só arranjam um buraco maior. Não vamos certamente, e o Senhor Presidente mostrou uma expressão exatamente natural, demonstradora disso, que "dificilmente vai haver resultados". Porque é que vamos aprovar uma situação que vai ter os mesmos resultados que teve desde sempre, desde há dezanove anos? Eles não dão sinais de se quererem integrar. Por mais que a gente os eduque, por mais que a gente se esforce... não é por aí! Há outros meios que, juntamente, todos juntos, vamos conseguir. Agora, temos que estar abertos a isso. Têm que ser dadas oportunidades de todos falarmos e serem aceites as nossas opiniões e os nossos projetos. Nós, como associação, temos um projeto. Vai haver outros, certamente. Gostaria que houvesse abertura para considerar essas propostas, nomeadamente o "Espaço Bussola" da Santa Casa, que acredito que a Santa Casa continue a insistir em arranjar uma solução para o problema. Nós queremos ser parte dessa solução, não queremos ser parte de um problema. Não queremos ser vistos como um problema. É uma solução, obrigado".-----

Presidente da Câmara: "Bom, já agora podíamos pô-los no seu quintal. A Santa Casa tem tanta obrigação de resolver o problema dos ciganos como o senhor, ou como eu. O senhor está a dizer para pôr no terreno da Santa Casa. Podemos pôr no seu quintal, ou no meu. Vamos lá ver! Não vamos brincar com coisas sérias! Eu já expliquei essa questão, isso é um vício de raciocínio. O senhor está a dizer que o problema daqueles ciganos que estão na Orada é um problema da Santa Casa, ela que resolva. Agora é a minha vez de tirar conclusões daquilo que o senhor diz. Eu gosto de ouvir as pessoas, eu acho que o debate deve existir, mas eu acho que o senhor não tem razão. Isso é dizer "a Santa Casa é que tem o problema, resolva-o, não tenho nada a ver com isso", e o Município sacode daí as mãos. E depois temos os Programas Comunitários, temos os Tratados Europeus, temos que dar oportunidades a eles todos, e depois, quando chega



a hora... Há dezanove anos que ninguém fez nada, mas eles que resolvam, a gente está quieto. Não é assim, não é a atitude correta. Eu aceito que me digam: "Bom... e dará resultado?"; eu aceito essa questão. É uma questão perfeitamente legítima, e prudente até, e prudente de uma pessoa com experiência. Depois, a opção qual é? É não fazermos nada? Se a opção é essa, é que não tenho mais alternativa nenhuma. Neste momento, nesta fase do campeonato, não tenho mais alternativa nenhuma. Qual é o raciocínio que preside a tudo isto? É um projeto de inclusão, é um projeto de desenvolvimento de competências, é um projeto que lhes dá alguma dignidade. Porque, de facto, aquilo ali é de uma indignidade absoluta. Com crianças que não têm o mínimo de oportunidades iguais às nossas crianças. E é tentar, através de uma Instituição que se dispõe a isso, pôr as crianças, de facto, a ir à escola, ter uma educação condigna, aprender a educação, a ser instruídas, para que amanhã a revolução possa começar por elas. A revolução lá dentro dos ciganos - a revolução pacífica, entenda-se. Mas temos que fazer qualquer coisa! É continuarmos a dizer "eles não querem integrar-se, eles não se integram", e nós continuamos a não fazer nada? É uma opção, não é a minha opção. Assim como não é minha opção sacudir a água do capote; como não sacudimos em relação a todos os problemas sociais que temos em Albufeira - temos ainda aí muitas situações de carência, temos e tentamos ajudar, nós e as Instituições, e as IPSS, que temos no concelho: a Santa Casa é uma delas, a Fundação é outra, a AHSA é outra, e trabalham. Espero que a vossa Associação, que eu saúdo e espero que tenham todo o sucesso, amanhã também possa desenvolver este tipo de trabalho. Mas, por exemplo, nas Ferreiras nós estamos neste momento com uma Associação, a Nuclegarve, a desenvolver um projeto para um lar naquela zona, que faz tanta falta às Ferreiras, e também onde irá haver uma valência de apoio domiciliário. E nós, Município, queremos fazer isso! Temos toda a vontade de fazer isso, assim como a Associação tem toda a vontade que isso seja feito. Mas nós depois não temos vocação para irmos explorar. Mas a Associação não é lucrativa, vai desenvolver o interesse público. E como Associação que é, com toda a transparência e com toda a democraticidade, todos podem participar nela, todas as pessoas que se queiram inscrever podem entrar nela. Será um processo também completamente transparente. E como temos mais projetos deste domínio, para os Olhos de Água também, é um dos fatores de grande carência em Albufeira, é o apoio à terceira idade, às pessoas e às famílias - hoje, infelizmente, a vida é muito ocupada, é muito atribulada e as pessoas não têm possibilidade de tratar dos seus pais, enfim, dos seus avós - e, portanto, ali têm um apoio, e, naturalmente,



depois vão visitar, vão ver, vão dar apoio na mesma. Mas têm alguém que possa cuidar e lhes permita ir para os seus empregos: e essa é uma das necessidades imensas de Albufeira, e das Ferreiras - que por acaso é a freguesia que não tem nada dotado nessa matéria - nem as Ferreiras, nem os Olhos de Água! São as duas freguesias que não têm nenhum equipamento nessa matéria. E, portanto, é uma das prioridades que nós temos aqui, no ponto vista social. E volto a dizer: fico satisfeito que esta associação se tenha formado, acho que a cidadania deve ser praticada, penso que tiveram argumentos perfeitamente válidos, perfeitamente aceitáveis. Vir à discussão com estes argumentos, eu posso não concordar com eles. Também tenho essa faculdade, mas não deixo de os ter presentes. Só o que eu não gostei foi quando fizeram algumas acusações que eu considero injustas. São injustas porque nós também temos que tentar, na vida, ser justos. Podemos criticar, ter diferentes opiniões, mas temos que ser justos. Eu atribuo isso à tal confusão que aquele senhor dizia há pouco, que foi lançada, mas não foi lançada pela Câmara. Quem a lançou eu não sei mas também não me interessa muito saber! Interessa-me é que saiam daqui todos clarificados com o rumo da Câmara. E podem verificar, e podem falar com os Vereadores todos, a ver se nós alterámos um milímetro que fosse desde o início. Portanto, não há aqui trapalhada nenhuma do nosso lado".-----
Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal.-----

ORDEM DO DIA PONTO UM

Apreciação e deliberação da ata.-----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e informou que o ponto foi retirado devido a uma dificuldade técnica no sistema informático, mas virá na próxima Assembleia. -----
Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para a Prestação de Serviços de Ampliação e Remodelação do Sistema de Telegestão da



Rede Geral de Abastecimento de Água, € 65.000,00+IVA em 2017, restante valor em 2016;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia.-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos Contra: zero (00):-----

Abstenções: zero (00):-----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, António Colaço, João Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Materiais em Ferro Fundido a Aplicar na Remodelação e Conservação da Rede de Abastecimento de Água e Saneamento até ao Limite de € 207.000,00 + IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia.-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos Contra: zero (00):-----

Abstenções: zero (00):-----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, António Colaço, João Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos



Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público Construção de Valetas, € 80.000,00+IVA em 2016, e 26.100,00+IVA em 2017;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencões: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, António Colaço, João Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento de Gás GPL A Granel para Depósitos, Canalizado ou Butano e Propano em Garrafas para Abastecimento de Edifícios Municipais até ao Limite de € 336.299,00 (acrescido de IVA e de ISP); -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----



Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, António Colaço, João Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Aquisição de Serviços de Manutenção Multitécnica de Equipamentos/Máquinas e instalações e sua Condução Técnica, incluindo Fornecimento de Produtos Químicos para o Tratamento das Águas das Piscinas Municipais de Albufeira, € 43.113,63, no ano de 2017;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, António Colaço, João Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Candidatura "Unidades de Saúde Móveis de Proximidade"- Investimentos em Infraestruturas de Saúde; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

Francisco Oliveira: "Relativamente a este ponto, naturalmente, que nós, os Membros da Assembleia do Partido Socialista, estaremos de acordo em aprovar mas verificamos, pelo documento em causa, que o mesmo tinha o prazo até trinta e um do dez de dois mil e dezasseis e, portanto, a data da candidatura teria sido supostamente na anterior segunda-feira, trinta e um do dez de dois mil e dezasseis. Só gostaria de esclarecer esta questão. Naturalmente todos temos interesse em fazer a aprovação, mas era só para esclarecer esta situação".-----

Presidente da Câmara: "Já foi submetida".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, António Colaço, João Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Celebração de Protocolo intermunicipal referente ao Programa de Proposta de Candidatura "FOME - Festival de Objetos, Marionetas e Outros Comerês";-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00):-----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, António Colaço, João Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, sobre o Interesse Público à Resposta Social "Comunidade de Inserção - Aldeia do Sanacai" no terreno do Escarpão;-----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Fernando Gregório: "Eu ouvi com atenção as intervenções que foram feitas e ouvi as explicações do Senhor Presidente da Câmara, e falar da reunião de âmbito social em que eu estive presente, e que nessa reunião o projeto "Aldeia de Sanacai" foi aprovado por unanimidade. É verdade, eu estive nessa reunião onde foi apresentado o projeto, "Aldeia de Sanacai". Se calhar não estava com atenção, estava distraído, não ouvi nessa apresentação falar da localização para a "Aldeia de Sanacai". Pareceu-me um projeto interessante, e, como é interessante, e todos nós estamos solidários com uma situação dessas, na altura toda a gente votou a favor, mas eu não ouvi falar na localização do projeto "Aldeia de Sanacai". Era só para fazer este reparo. Às vezes nós distraímos-nos nas reuniões e não ouvimos falar em tudo. Aquilo que aqui foi dito e as intervenções que foram feitas e as intervenções que foram feitas na Assembleia de Freguesia, no dia quinze de Setembro e no dia vinte e sete de Setembro, mostraram que a população de Ferreiras não estava de acordo com a deslocalização da comunidade cigana da



Orada para a freguesia de Ferreiras. Com isso, a Assembleia de Freguesia produziu um documento que foi votado por unanimidade, que eu vou passar a ler e vai servir de suporte à minha intenção de voto (Lê o documento - Doc.1, anexo a esta ata). Isto é o documento produzido na Assembleia de Freguesia e serve de suporte ao voto contra nesta ordem de trabalhos da Junta de Freguesia de Ferreiras".-----

Adriano Ferrão: " Muito boa noite. Lamento esta tensão proveniente de um assunto tão importante para a nossa comunidade. A maioria foi unânime e o seu voto foi assim incluído. Na verdade, no pressuposto da ida para a Malhada Velha, durante todo este tempo vigorou mais desinformação do que falta dela. Também um pouco pela iniciativa de alguém pouco cotado da Santa Casa da Misericórdia sobre o terreno da Malhada Velha. As pessoas ficaram assustadas, sentiram-se um pouco perdidas no processo, procuraram algumas pontas de informação e algumas dessas pontas foram também manipuladas de maneira a criar uma certa desinformação e uma certa dispersão de opinião. Isso levou a que, obviamente, muita gente sentisse, durante as Assembleias da Junta de Freguesia, um pouco aquele tumulto e aquela vivacidade com pouca ordem daquilo que deve ser uma Assembleia daquele género. O que está em causa é o projeto de sempre, nunca foi outro. O Senhor Presidente foi claro nesta afirmação. É o projeto que desde dois mil e catorze não sofreu alterações e que enquadra a zona do Escarpão, e é para o Escarpão que estamos virados, é para o Escarpão que vamos tomar aqui uma decisão. A comunidade cigana também afirma que é um pouco longe: têm dificuldades de acesso aos Centros de Saúde, às escolas, às Instituições, à própria Segurança Social. Penso que essas lacunas podem bem ser resolvidas pelo Município. A edilidade tem, com certeza, os meios técnicos para resolver questões de proximidade e de distância e cumprir, no fim de contas, o seu papel quanto à ação social no Concelho porque pertence à Câmara esta responsabilidade de resolver estes problemas sociais que estão no Concelho, e não de acordo com aquela premissa iniciada em casa de alguém. É esse alguém que depois tem, que resolver esse problema, num caso destes, desta natureza? Não é. É a própria Câmara e somos todos nós, como foi aqui bem afirmado. Perguntava-me eu: queremos nós, por força da Lei, que a Santa Casa da Misericórdia levasse à dispersão da comunidade? Porque, pela força da Lei, conseguiria, com certeza, que a comunidade cigana fosse deslocada daquele sítio. Mas se nós ficarmos de braços cruzados e não houver nenhuma ação por parte do Município, para onde é que eles vão? Vão-se dispersar pelo concelho. Poderão, se calhar, estar atrás de um muro do quintal de cá um de nós. É assim que se faz inserção? Não me



parece ser o meio seguro para fazer inserção. Nós, quando queremos educar as crianças, juntámo-las em turmas, não as dispersamos. Depois, o Escarpão, tal como estava assinalado no projecto, e aquilo que eu conheço pelo menos dos elementos técnicos, parece que tem as condições para se criar ali umas condições mais capazes de receberem aquela comunidade. Se ao longo dos dez anos que contempla esse projeto de permanência naquele sítio, e oxalá que não sejam necessários tantos anos, se conseguir fazer um conjunto de esforços e de iniciativas que levem, realmente, aquelas famílias a ganhar competências para que depois sejam realojadas em apartamentos e por fim inseridas, integradas na sociedade e possam viver junto de nós todos... Eu sei, até por formação, que estes processos são morosos, são lentos. Se calhar para uns os dez anos pode ser pouco, para outros os dez anos vai ser muito. As necessidades de integração destas pessoas não são sempre iguais e eles têm uma tradição secular de viverem agregados. De qualquer maneira acredito neste processo e que pode chegar realmente a bom porto. E que, se por alguma razão se pode ainda acalmar algumas dúvidas que possam existir, eu proponho que desta Assembleia saísse uma Comissão de Acompanhamento com um Membro de cada partido que também prosseguisse este processo todo, para haver essa dinâmica ao longo desse processo de inserção até ao seu final em que eles são realojados em apartamentos, com o resto da comunidade." -----

Presidente da Assembleia: "Portanto, temos aqui uma proposta de subponto, se bem percebi, de criação de uma Comissão de Acompanhamento?" -----

Fernando Gregório: "Tenho alguma dúvida relativamente à Comissão. Parece-me é que o ponto ainda não foi votado e estamos a constituir uma Comissão antes da aprovação deste ponto".-----

Presidente da Assembleia: "A minha questão era: se alguém se queria inscrever sobre a discussão da constituição da Comissão. Não vamos votá-la antes do ponto porque depois de darmos por encerrado o ponto, como se trata de uma reunião extraordinária, não podemos incluir novos pontos. Mas, como este é um subponto, se o discutirmos, pode ser que na deliberação seja incluída uma comissão a constituir-se como depois os Membros quiserem fazê-lo".-----

Fernando Gregório: "Primeiro deveríamos votar o ponto e depois seria a proposta. Ou então, noutra Assembleia Municipal, era a constituição da Comissão. Estar a discutir a Comissão de uma coisa que não está certa ainda, não me parece".-----



Presidente da Assembleia: "Há uma proposta de um Membro sobre este assunto e que pode ser colocada à discussão porque estamos a discutir o ponto "O que é a Aldeia do Sanacai". Se também quiserem discutir sobre a Comissão, somos livre de o fazer porque estamos dentro do ponto. Não vamos deliberar a constituição da Comissão porque é uma Assembleia Extraordinária (implicaria uma deliberação para além disto) mas pode ser discutida. É uma questão de decisão política. Quando eu pergunto se há mais inscrições, é para discutir isso e se quiserem também incluir essa discussão na sua motivação política, poderão fazê-lo."-----

Francisco Oliveira: "A minha pergunta ao deputado Adriano, era saber qual era a intenção de constituição desta Comissão: se era só de Membros da Assembleia Municipal, ou se eventualmente essa comissão teria também ou seria alargada também a membros da comunidade."-----

Adriano Ferrão: "Eu penso que nesta casa, nesta sala, estão os representantes legítimos e democraticamente eleitos para esse efeito. Penso que seria lógico colocar nesta comissão um elemento de cada partido que tem aqui assento. -----

Francisco Oliveira: "Para isso bastará uma reunião de líderes das bancadas e resolve-se a questão com isso. Eu pensei é que fosse uma intenção de uma Comissão mais alargada e que permitisse, eventualmente, o acompanhamento. Embora também refira que a Assembleia Municipal, tomando uma deliberação, qualquer que ela seja, deixa de ter eventualmente qualquer poder na condução do processo. O executivo terá, efetivamente, mais responsabilidade no que diz respeito ao ordenamento do território e todas as outras áreas, e, portanto, a Assembleia Municipal será meramente instrumental. E por isso é que eu penso que não terei nada contra a Comissão, mas para isso uma conferência de líderes resolve o problema relativamente a estas questões, tendo em consideração que a deliberação a tomar se esgotará a partir do momento em que ela seja efectivamente tomada."-----

Adriano Ferrão: "Permite-me discordar. Não me parece que essa reunião de líderes que acaba por fazer o ponto da situação e é uma análise cause estática do processo, não pode substituir uma comissão conforme eu tentei imaginar, ou seja, ser de acompanhamento, ou seja, que mantem um olhar sobre todo o processo e a qualquer altura cumpre a sua função, como a função por parte da Assembleia."-----

Fernando Gregório: "Não me parece que constituir uma Comissão para fazer o acompanhamento de um processo destes seja de bom-tom ficar só confinada à Assembleia Municipal. Acho que essa Comissão deve ficar aberta também à



comunidade e também à freguesia, uma vez que pretende a sua localização para o Escarpão. Se for aqui aprovado este ponto, irá mesmo para o Escarpão. Eu acho que a Freguesia de Ferreiras deve também fazer parte dessa Comissão. Não só a freguesia mas também outras instituições. É uma questão de depois se ver o alargamento dessa Comissão. Seriam depois instituições que fariam esse acompanhamento tendo alguma ligação a esta situação. Devia de ser mais alargado e não só a Assembleia Municipal."---

Adriano Ferrão: "Eu só queria lembrar que os Presidentes de Junta têm lugar na Assembleia e, automaticamente, poderão pertencer."-----

Presidente da Assembleia: "Eu diria que, de facto, podemos estar aqui a confundir duas questões: uma, que é a constituição da Comissão por parte da Assembleia Municipal - nós deliberamos essa constituição como Membros da Assembleia e depois saber quem é que poderá ser indicado por cada bancada para fazer esse acompanhamento porque nós, Assembleia Municipal, podemos recomendar à Câmara Municipal a constituição de Comissões de Acompanhamento mais abrangentes mas não podemos, depois, é criar Comissões de Acompanhamento que fujam do controle da Assembleia; depois cada bancada tem que indicar o número de Membros que for aqui discutido e o que se pode dizer é que se possam incluir as pessoas que entenderem. Não era a primeira vez que esta Assembleia constituía Comissões com pessoas não são Membros mas que são indicadas. Portanto, não é criar uma Comissão de tal maneira abrangente que não faça o trabalho, porque a comissão presta, depois, resposta ao plenário da Assembleia, e, portanto, temos que ter essa noção, que vai sempre visar essa acção de fiscalização do projecto em si, da "Comunidade de Inserção do Sanacai". Uma das questões que foi aqui levantada foi sempre a preocupação dessa inserção. Se essa inserção for feita, o acompanhamento pode ser feito pelos Membros ou por quem os Membros, os grupos municipais, vierem a indicar."-----

Cândido Reigado: "Sobre esta questão nós, a CDU, também vínhamos um pouco baralhados em relação à informação precisamente porque o tal documento de dois mil e catorze refere que essa comunidade será instalada no Escarpão. Mas, depois, surgiu outra informação, em que referia, de facto, a Malhada Velha e nós, a CDU, entendíamos que, se fosse para a Malhada Velha, provavelmente, íamos abstermo-nos. Para o Escarpão iremos votar a favor. É evidente que há uma necessidade premente de resolver este problema, há pelo menos uns vinte anos, e a Câmara deve procurar a melhor solução. Soluções ótimas são difíceis: é difícil arranjar mas nós entendemos que a do Escarpão será a melhor nesta altura."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dois (02): Leonardo Paço e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório. -----

Abstenções: duas (02): António Colaço e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho.-----

Votos a Favor: vinte (20): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, João Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem;-----

Presidente da Assembleia: "Sobre esta questão, e antes de passar a palavra à Assembleia, devo dizer que não tive tempo de ter resposta por parte da ANACOM. No entanto, contactei directamente a APDC que me fez aqui algumas luzes sobre o assunto e um deles vem no preâmbulo do Regulamento da ANACOM, do nº 38/2004, em que refere que passo a ler: "Nos termos da Lei compete à Autoridade Nacional das Telecomunicações publicar o regulamento em que se definam os procedimentos de cobrança, entregas mensais aos Municípios, provenientes da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a adoptar pelas empresas que oferecem redes e serviços de telecomunicações", e um pouco mais à frente refere no terceiro parágrafo: "De acordo com o princípio de transparência de tarifário, nos Municípios em que seja cobrada a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, as empresas estão obrigadas a incluir nas faturas dos clientes finais (consumidores), e de forma expressa, o valor da taxa a pagar, conforme estipula o nº 3, do artigo 106, da Lei 5/2014", isto é um regulamento de cobrança da ANACOM, ou seja, é a ANACOM que regula o procedimento de cobrança e entrega aos Municípios da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem. Depois a APDC, que é a Associação Portuguesa de Direito de Consumo, faz esta ressalva precisamente e refere, depois, a ilegalidade dessa cobrança. Agora nós temos aqui a Associação Nacional das Comunicações e é esta entidade que refere, no seu



regulamento de cobrança, precisamente a possibilidade de as empresas de telecomunicações taxarem ou imputarem essa taxa aos consumidores. Era aquilo que nós tínhamos discutido na última Assembleia."-----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos Membros da Assembleia.-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Sr. Presidente, eu não estive na última Assembleia mas realmente, numa leitura que fiz quanto a estas questões, não tenho a mínima dúvida de que os valores irão ser repercutidos nos custos junto dos consumidores, e, portanto, tudo o que seja, quanto a nós, um aumento, por assim dizer, das taxas que se venham a repercutir sobre os consumidores, não me parece correto. Se estivéssemos perante uma situação diferente ou destinta, em que fossem as empresas a suportar esse custo e não fosse possível repercuti-lo, a situação seria, com certeza, destinta mas, neste caso concreto, não me parece, e parece-me, efetivamente, manter a proposta que vem da Câmara Municipal. Aliás, parece-me até que o Orçamento já teria sido aprovado em executivo e, portanto, essa proposta é de 0% e é essa proposta que queremos manter. Já agora, e eventualmente não tendo estado na última Assembleia, a verdade é que também teria sido aprovada uma disposição legal relativamente à Derrama e parece-me ter havido aí algum lapso, e poderei estar errado, mas a perspectiva que tenho é que a Derrama é paga na sede de concelho das empresas e, infelizmente, as grandes empresas que neste momento estão no concelho - instituições bancárias, grandes superfícies - efetivamente não irão contribuir, podendo acontecer ou ocorrer que sejam as pequenas e médias empresas, com um valor superior aos cento e cinquenta mil euros, que hoje em dia, em termos de faturação já não é por aí além, que possam vir a suportar esses custos. Parece-me, mas foi aprovado e, portanto, é só um pequeno aparte. No entanto, no que diz respeito a esta, é uma forma de não sobrecarregar mais a população, neste caso concreto, os consumidores".-----

José Pimenta: "O Senhor Presidente da Assembleia Municipal diz a verdade mas há uma Lei de dois mil e quinze, e a Lei de dois mil e quinze, que foi aprovada, diz que a responsabilidade do pagamento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem é das empresas de telecomunicações. Mas se não fosse tanto isso, independentemente disso, vamos passar ao seguinte: eu vou ler aqui duas propostas da Câmara Municipal e a primeira proposta de dois mil e quinze diz o seguinte:" Paralelamente, tendo o Município de Albufeira, mercê do esforço realizado ao nível da gestão municipal, alcançado o equilíbrio orçamental das contas públicas, permitindo-lhe, inclusivamente,



executar a amortização total do referido empréstimo do PAEL, ficou desobrigado de otimizar a receita relativa à Taxa Municipal de Direitos de Passagem. No contexto atual, não se colocando em causa a estabilidade orçamental alcançada, considera-se que uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem se afigura como mais um encargo a suportar pelos munícipes, pelo que se julga ser possível reduzir a citada taxa, atenuando o impacto fiscal das famílias deste município". Nós notámos logo essa situação, o pagamento não era efectuado pelos Municípes, não recaía sobre os Municípes, mas sim pelas operadoras. Mas agora vamos ver o que é diz aqui quando vem a proposta de dois mil e dezasseis. Diz assim: "Paralelamente, tendo o Município de Albufeira, mercê do esforço realizado ao nível da gestão municipal e de uma conjuntura económica mais favorável, alcançado o equilíbrio orçamental das contas públicas e um patamar de boa saúde financeira, proporciona-se-lhe a possibilidade de não agravar a carga fiscal das empresas de redes de comunicação eletrónica. No atual contexto, não se colocando em causa a estabilidade orçamental alcançada, considera-se ser possível manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0%, por forma a promover o desenvolvimento das empresas de redes de comunicação eletrónica". O executivo está a dizer tudo aqui: não vai taxar, abdica de uma verba para a Edilidade, para a Câmara, para o Município. É o que diz aqui, é tão fácil como isso. Estão a dar-lhes toda a razão. Mas, independentemente, disso ainda tenho aqui outro documento que foi arranjado de vários Municípios: "Deliberação noventa e dois, AM, dois mil e quinze, aprovada por unanimidade. A aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, no ano de dois mil e dezasseis no valor de 0,25%, nos termos previstos, Câmara Municipal de Lagos, reunião ordinária realizada no dia dois de Setembro de dois mil e quinze", tenho aqui facturas, que em dois mil e quinze, um Munícipe pagou Direitos de Passagem, em dois mil e dezasseis não consta nada em relação a Direitos de Passagem, ou seja, na Câmara de Lagos, quem paga os Direitos de Passagem são as empresas, assim como em Lisboa, em Faro, em Freixo de Espada à Cinta, ou seja onde for, essa é a grande verdade. Uma coisa que é certa: não há aqui ilegalidade, a Câmara pode abdicar desse valor, está no seu direito, abdica desse valor, acha que as grandes empresas devem desenvolver e não devem pagar nada e que os Municípes devem pagar o IMI e etc., tudo bem, estamos de acordo com isso, o Senhor acha bem? Nós não achamos, a CDU não acha, acha que as operadoras devem contribuir, esta é a nossa posição e para isso trazemos, claro, a proposta novamente, o que é lógico. Se, por acaso, os Senhores Membros da Assembleia desejarem ver o documento que eu tenho



aqui, eu posso mostrar um a cada um. Não tive a possibilidade de estar a passar isso para vinte e tal mas posso mostrar aqui como a Câmara de Lagos deliberou por unanimidade os 0,25% e esse valor não está indicado na fatura. Em dois mil e quinze está, porque em dois mil e catorze eles aprovaram os 0,25%. Eu estou de acordo com o Senhor Presidente que o executivo quer abdicar. Abdique, tudo bem. Agora, no nosso ponto de vista está na mão dos Membros da Assembleia Municipal. Se acham que devem abdicar dos trinta ou quarenta ou cinquenta mil euros - que eu não faço a mínima ideia quanto é que pode ser - tudo bem. Nós achamos que não devem abdicar, não tenho mais nada a dizer".-----

Rui Bernardo: "Relativamente à Derrama, todas as empresas que laboram no concelho de Albufeira pagam derrama, na proporção dos assalariados que têm no concelho, senão toda a gente alterava a sede para outro concelho, fazia uma ata e registava na conservatória".-----

Francisco Oliveira: "Relativamente a esta questão, o que está aqui em causa, eventualmente, até não é o valor porque o valor, comparativamente com o valor do Orçamento, é relativamente irrisório, mas o que está em causa é a forma. E aqui terá que se dizer, de certa maneira encapotada, como estes valores vão ser repercutidos na fatura. De facto, não há, neste momento, obrigação de as faturas conterem a discriminação do valor que é cobrado aos consumidores por parte das empresas mas eles vão ser repercutidos e, portanto, vai ser o consumidor final que vai, efetivamente, fazer o pagamento, essa é que é a questão. Não está em causa o taxar a empresa directamente, o que esta em causa é que a imposição deste valor, da Taxa Direitos de Passagem, vai ser repercutida na factura do cliente de forma não explícita, mas sim implícita. Portanto, é essa a questão fundamental".-----

Luís Afonso: "Eu também não tenho dúvidas que, se as empresas de telecomunicações pagam aos Municípios as Taxas de Direito de Passagem, vão fazer incidir este custo nos clientes. Agora, como se passava até aqui era que era directamente a taxa daquele Município nos clientes daquele Município e, se assim fosse, então achava muito bem que o Município abdicasse dessa receita para não fazer incidir estes custos nos seus Municípios. Agora, se essa relação não é directa, então as empresas de telecomunicações fazem a distribuição desse custo que têm igualmente por todos quer o Município tenha receita com isso ou não, e, assim sendo, eu acho que o Município deve obter essa receita e aí o CDS vota de acordo com a CDU".-----



Presidente da Assembleia: "Não sendo dono de nenhuma verdade, eu aqui a única informação que prestei foi a falta de esclarecimentos por parte da ANACOM, e o regulamento é de dois mil e quatro, no que diz respeito ao aditamento à alteração de dois mil e quinze, que é a Lei cento e vinte e sete, de três de Setembro, que fui ver aqui às minhas faturas. Em Agosto e Setembro paguei, nos últimos dois meses de dois mil e dezasseis não terei pago com a discriminação "Direito de Passagem". Mas esta versão, a décima terceira, não faz nenhuma menção, independentemente de ter sido aprovada em Setembro, a isto. A verdade é que ninguém discute que a responsabilidade do pagamento é da empresa, até porque o regulamento que está aqui, ainda que seja o primeiro, diz que a responsabilidade é das empresas e que devem discriminar na fatura. Agora, não foi alterado? Não. E eu como não sei e gostaria de esclarecer todos os Membros da Assembleia relativamente a isto, tenho dúvidas sobre essa possibilidade. A verdade, também, é que, de um modo indireto, se todos repararmos, quem é que tem fibra em casa? As empresas, depois, também evitam fazer investimentos e isso é um facto. Porque depois perguntam-me porque é que em Viana do Alentejo há fibra em quase todo o centro da cidade e nós aqui não temos sequer nem um terço da cidade com fibra. Só queria prestar este esclarecimento do ponto de vista legal: conforme eu tinha prometido na Assembleia anterior, os pedidos de esclarecimento que foram feitos à DECO, à Associação Portuguesa do Direito de Consumo, à ANACOM, ao Instituto do Consumidor, e não obtivemos resposta. Era só para esclarecer este ponto".-----

Leonardo Paço: " Não sendo para mim cem por cento claro se esses Direitos de Passagem vão ser ou não pagos pelos Municípios de Albufeira, o meu voto será a favor do projeto que a Câmara trouxe à Assembleia".-----

Presidente da Assembleia: "Senhor Pimenta, tem que me voltar a entregar o documento".-----

José Pimenta: "Se me permite eu dirigir-me aí e apresentar as faturas... Senhor Presidente factos são factos e aqui não há volta a dar".-----

Presidente da Assembleia: " Espere. É que parece que o Senhor está a discutir comigo".

José Pimenta: "Não estou nada a discutir consigo, não tenho tempo para isso. O Senhor está a defender uma causa".-----

Presidente da Assembleia: "Eu tenho o mesmo voto igual ao seu. Eu estou a defender o esclarecimento, acabei de dizer isso".-----

José Pimenta: "É capaz de ler aqui a deliberação".-----



Presidente da Assembleia: " Da Assembleia Municipal de Lagos, deliberação número noventa e dois, barra, AM, barra, dois mil e quinze, aprovada por unanimidade a aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, no ano de dois mil e dezasseis, no valor de 0,25%, nos termos previstos na alínea b) do número um do artigo vinte e cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme proposta da Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária, realizada a dois de Setembro de dois mil e quinze".-----

José Pimenta: "Estamos em dois mil e dezasseis. Veja lá se nesta fatura está alguma coisa em relação aos Direitos de Passagem. Depois mostro-lhe outra".-----

Presidente da Assembleia:" Não é preciso, Senhor Pimenta. O senhor só tem que convencer os outros Membros a votar".-----

José Pimenta: "Não tenho de convencer e o Senhor é Membro também".-----

Presidente da Câmara: " O valor das faturas é igual ".-----

José Pimenta: " O valor das faturas não é igual. Isto é um valor até residual 0,09€. Eles têm que pagar depois. Eu tenho um contrato com a NOS, independentemente do valor, suponhamos cem euros, não me vão aumentar se nós aprovarmos esta proposta da CDU. Eles não vão aumentar, pode ter a certeza; disso pode ter a certeza absoluta".-----

Presidente da Assembleia: "Na minha fatura essa taxa vinha no início, no cabeçalho".--

José Pimenta: "O executivo acha que se deve libertar dessa verba? Tudo bem. Nesse caso eu entregaria a nossa proposta." (Leitura da proposta - Doc. 2, anexo a esta ata)".-----

Mário Gaspar: "Senhor Presidente, em nome do Grupo VIVA, este ponto já veio à última Assembleia e, apesar de termos pedido alguns esclarecimentos, continuamos sem saber, neste momento, como votar porque não estamos totalmente esclarecidos sobre esta temática. Estamos a falar de designação na fatura e nós devíamos estar a falar era do valor final da fatura. Uma Autarquia que tenha taxa zero, como nós pretendemos aqui aprovar, uma fatura com taxa zero e uma factura depois de aplicada uma taxa qualquer que seja, se o valor da fatura se mantiver o mesmo, obviamente que nós também, Grupo VIVA, votaríamos a favor da proposta da CDU. Não estamos aqui a falar de designação na fatura, estamos aqui a falar de valores finais. Acho que é fácil de verificar, o Presidente tem aí algumas faturas. Gostaríamos de saber o valor final antes da taxa e após a aplicação da taxa".-----



Presidente da Assembleia: "Como eu disse, nas faturas que eu tenho, até Dezembro de dois mil e quinze, não aparece qualquer menção a Taxa de Direitos de Passagem. Na fatura de Novembro de dois mil e quinze também não aparece qualquer menção. Estou a falar em menção porque os serviços eu não consigo controlar. No entanto, na fatura de Setembro de dois mil e quinze aparece Taxa de Direitos de Passagem de 0,23%: era a taxa que nós tínhamos. Sem que conste a descrição "taxa" eu não consigo saber se eu fiz mais uma chamada ou menos uma chamada porque as faturas são diferentes todos os meses. Isto é que eu posso dizer. Eu tentei obter, conforme tínhamos referido na semana passada, todas as informações das entidades que têm intervenção nesta área, e volto a frisar Instituto do Consumidor, DECO, Associação Portuguesa de Direito de Consumo e ANACOM - eventualmente as duas mais importantes seriam a ANACOM e o Instituto do Consumidor - ninguém me respondeu. A ANACOM disse-me hoje que tinham enviado para os serviços correspondentes; da APDC falei com o Professor Mário Frota, que ficou de enviar o parecer a dizer isto que eu referi. É regulado pelo regulamento que é de dois mil e quatro, não está revogado, não houve alterações. Eu estive agora a ver no *site* da ANACOM e faz referência à obrigação de discriminação quando é cobrada. Se é imputada de forma encapotada, nós não conseguimos descortinar, se depois, de uma forma direta ou indireta, os custos são aplicados mesmo que não os cobremos, isso é um facto. Mário Gaspar, não consigo dar a resposta para além disto, não consegui obter mais informação que esta".-----

José Pimenta: "Para mim não está em causa o valor, que ao fim ao cabo até é muito residual. Em Lagos recebem à volta de quinze, vinte mil euros, uma coisa assim do género, aqui será quarenta ou cinquenta mil".-----

Presidente da Câmara: "Acho que é vinte e cinco mil euros".-----

José Pimenta: "Mas, de qualquer maneira, eles devem contribuir. Eles dão milhões para o Sporting, Benfica e Porto, também têm o direito a dar alguma coisa por Albufeira, penso eu. Se calhar estou enganado, paciência. Eu já sei que não consigo influenciar os Membros da Assembleia. Já agora que estamos aqui, vamos levar isto um pouquinho também a brincar. Em dois mil e quinze foi trazida aqui uma proposta, que se referia ao IMI, e ao mesmo tempo dizia a necessidade de baixar o tarifário da água. E, claro, nós trouxemos uma recomendação, caiu o Carmo e a Trindade! Mas eu já fui à procura do sinónimo de necessidade e não vi lá direitos. Agora, eu tenho necessidade de ir a casa de banho. Não, eu tenho os direitos de ir à casa de banho? Acho que isso não bate certo. Outra recomendação que nós trouxemos aqui sobre o peixe fresco. Caiu o Carmo



e a Trindade. O que é que aconteceu? Com essa proposta havia muita espinha. O que é que aconteceu com a proposta da Câmara Municipal? Acabaram-se as espinhas, o mesmo peixe deixou de ter espinhas. Essa é a grande verdade! Paciência, não consigo. Desculpe lá este momento".-----

Presidente da Câmara: "No fundo é dizer o seguinte: eu penso que estamos todos de acordo e, aliás, numa altura em que temos vindo a desagrarar tudo das famílias em Albufeira, seja no IMI, seja na água, seja nos resíduos urbanos, esta questão, e estamos a falar de verbas com substância, estamos a falar na ordem dos milhões de euros de redução de receitas municipais, não faria muito sentido, estarmos a discutir aqui vinte e cinco mil euros com esse peso e essa veemência, e esse calor, que eu saúdo, que o Senhor Pimenta colocou na questão, de nós, ou de eu estar, dirigiu-se diretamente a mim, de eu estar a querer proteger as grandes empresas, os grandes interesses. Eu não vou por aí. A filosofia não tem sido essa e demonstrámo-lo bem com a questão da Derrama, e aí com uma fatia já com alguma substância. Portanto, aqui a questão, e o que eu retirei de todas as bancadas do que ouvimos da última reunião da Assembleia Municipal, era que, sabendo nós que o valor desta Taxa de Direitos de Passagem se vai repercutir no consumidor, nós isentamos. Foi a ideia com que eu saí daqui é que sobre isto havia unanimidade. Pensando nós que ia se repercutir no consumidor, isentariamos para que fosse o consumidor a beneficiar e não as empresas. Esse foi o raciocínio com que eu saí daqui. A questão que eu senti aqui nesta Assembleia, e que nós também tivemos na Câmara, é a incerteza: se não isentarmos, se lançarmos essa taxa, se não se irá repercutir no consumidor. Temos essa incerteza jurídica, não temos a certeza. Hoje, o que diz a Lei é que já não obriga a pôr lá na fatura e diz que é paga pelas empresas, mas já antes era paga pelas empresas. A alteração que há é: ou aparece na fatura ou não aparece, ou podem imputar isso ao consumidor, como sendo um produto deles, ou não, essa é a dúvida. Portanto, o senhor Pimenta arrisca-se a, mais uma vez, ter daqui a um ano os filetes porque se a dúvida for dissipada, eu e a Câmara optámos, de facto, na dúvida, irmos para a taxa zero, na dúvida de que isto se iria repercutir no consumidor em Albufeira. Estamos a falar, como sabe, de uma verba pouco significativa e porque não temos a certeza que é ao contrário, mantivemos a proposta, só por isso, não é para proteger as empresas".-----

José Pimenta: "Então não faziam este texto e esta redação. Então que redação é esta? Quem é que fez esta redação? Quem é que fez este texto está errado. Dizia para não prejudicar os munícipes, também".-----



Presidente da Câmara: "Exactamente, mas o espírito é esse".-----

Leonardo Paço: "O que me parece que devíamos recomendar aqui mesmo da própria Assembleia, era que as empresas de telecomunicações prestassem um melhor serviço no concelho, partindo do princípio que nós até os vamos isentar, seria de bom-tom daqui sair uma carta desta Assembleia a dizer a estas empresas que as isentávamos na esperança de ter um serviço melhor no concelho".-----

Presidente da Assembleia: "Na verdade é que não tira a dúvida que nós todos temos, melhor não retira a dúvida que eu tenho, sou sincero, que é de saber se é imputado ou não. Como não sei, isto é uma questão de decisão. Na última fatura paguei cerca de oitenta cêntimos. É disso mais ou menos que estamos aqui a falar nas faturas. O que tem que ser ponderado é muito simples: ou arriscamos ou não arriscamos".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação em alternativa.-----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE 0,0%:-

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: três (03): Cândido Reigado, José Pimenta e Luís Afonso -----

Não Votou: um (01): Carlos Santos -----

Votos a Favor: vinte (20): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraledes Simões, Soraia Rodrigues, António Colaço, João Cabrita, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ana Pereira, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi **aprovada** por maioria.-----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA CDU DE 0,25%:-----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: vinte (20): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraledes Simões, Soraia Rodrigues, António Colaço, João Cabrita, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ana Pereira, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----



Não Votou: um (01): Carlos Santos-----

Votos a Favor: três (03): Cândido Reigado, José Pimenta e Luís Afonso.-----

A proposta foi **reprovada** por maioria.-----

Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

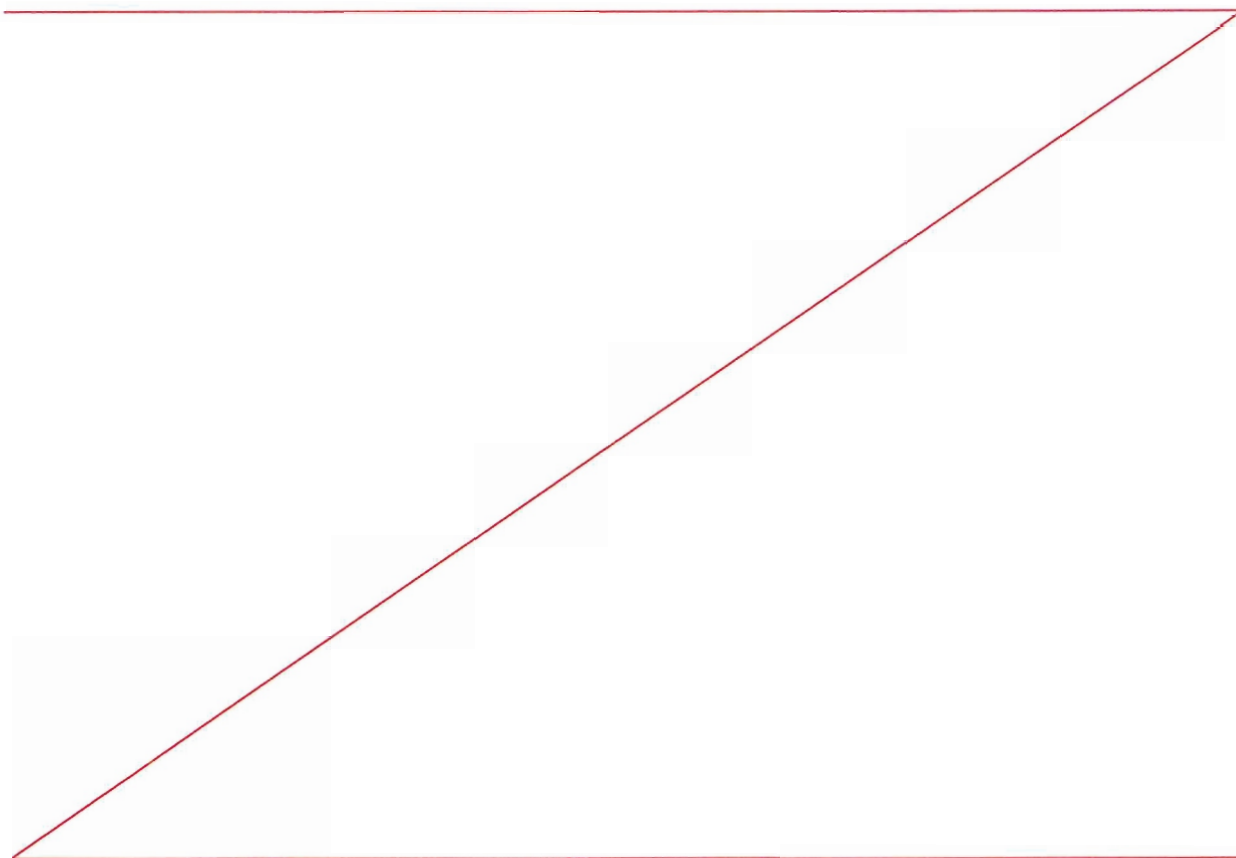
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 2 de Novembro de 2016 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





Assembleia de Freguesia de Ferreiras

Tendo sido deliberado por unanimidade na reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia do dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dezasseis, produzir um documento, que fará parte integrante da ata, com a participação de todas as forças políticas que integram a Assembleia de Freguesia de Ferreiras, o qual reflete a preocupação dos habitantes da Freguesia relativamente à deslocalização da comunidade de etnia cigana com trinta e nove elementos do sítio da Orada, onde vivem há duas décadas, para a zona de expansão urbana a poente da Freguesia, no sítio da Malhada Velha, onde ilegalmente a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira iniciou obras de construção para o alojamento daquela comunidade.

- A deslocalização da comunidade de etnia cigana do sítio da Orada, Freguesia de Albufeira, para a Freguesia de Ferreiras é uma prioridade da Santa Casa, em virtude da alienação a terceiros do terreno com a área de 22.000 m² onde esta comunidade se instalou e vive há cerca de vinte anos, pelo que a Santa Casa elaborou um projecto denominado por “Comunidade de Inserção – Aldeia do Sanacal”
- Desde dois mil e treze, que a Santa Casa, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água tentam deslocalizar esta comunidade para Ferreiras sem consultar previamente a Junta e a Assembleia de Freguesia de Ferreiras, nem auscultar a população.
- Inicialmente o projeto da Santa Casa tinha a designação de “Aldeia Sanacal” com uma localização para o Escarpão (protocolo apenas assinado pelo Município de Albufeira e Junta Freguesia Albufeira e Olhos de Água), atualmente tem a designação “Comunidade de Inserção – Aldeia do Sanacal” e a localização do Malhada Velha, ou seja 2 projetos e 2 localizações.
- A Assembleia de Freguesia já se pronunciou no dia doze de Novembro de dois mil e atorze, tendo remetido o seu parecer ao Sr. Presidente da Câmara e à Sr.ª Provedora, pois o projeto não era integrar a comunidade minoritária, era apenas mudar o acampamento de um sítio para o outro, deixando as barracas para irem viver em contentores, não era um projeto social de integração, pelo que foi considerado por unanimidade que esta deslocalização entra em confronto direto com os interesses da população da Freguesia.



- Ferras é a 2.ª maior freguesia do Concelho a nível populacional, que ao longo de 19 anos atravessou e atravessa graves problemas sociais, desde o tráfico de droga, a toxicod dependência, a prostituição na EN125, os atos de vandalismo, pessoas marginalizadas e no limiar da pobreza, pessoas a viver em casas sem condições habitacionais, a zona do Cotovio é um dos exemplos que podemos referir para a concentração de vários problemas sociais e para a falta de tudo.

- Nesta freguesia, há graves carências habitacionais, a água canalizada, o saneamento ainda não chega a toda a população, o Centro de Saúde não tem médicos para toda a população residente, a metadona é administrada aos toxicod dependentes do Concelho e dos Concelhos limítrofes, num Centro de Saúde sem capacidade para tal, a freguesia não tem posto da GNR, são os efetivos do Posto de Paderne que fazem o patrulhamento e nem sempre é suficiente, o parque escolar está no limite, cheio, com lista de espera.

- Para além das famílias ciganas que já residem em terreno próprio no Escarpão (10 agregados, com 36 pessoas), em terreno privado no Pinhal (2 agregados com 10 pessoas) em Texugueiras (2 agregados com 6 pessoas), durante todo o ano há muita movimentação e concentração temporária de famílias de etnia cigana nas zonas de Vale Paraíso, Cortesões, Torre da Mosqueira e Malhada Velha.

- A Direção Geral da Solidariedade e Segurança Social em 2004 definiu que "A comunidade de inserção localiza-se, de preferência, em zonas habitacionais dotadas com equipamentos de educação, saúde, formação profissional, socioculturais e recreativos, devendo: Possuir acesso fácil; Respeitar os princípios de mobilidade para pessoas com deficiência; Obedecer às regras de salubridade e de segurança; Obedecer à legislação em vigor, no que respeita à construção em geral e às especialidades técnicas contidas em projeto, bem como a da segurança contra incêndios; Ser servida por rede de transportes públicos", logo a zona da Malhada Velha e a zona do Escarpão não são enquadráveis enquanto comunidade de inserção, dada a falta de segurança com a proximidade com o IC 1, a A22 e a Estrada Municipal 269, a falta de transportes públicos, a distância considerável dos locais de comércio e serviços e falta de locais de formação profissional.



3

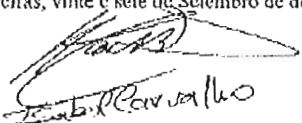
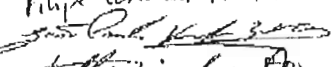
- Considerando que a Assembleia Municipal tem de considerar o projeto enquadrável em equipamento social do tipo "comunidade de inserção", desde que reconhecido pela entidade que tutela a Segurança Social, com a designação *de relevante interesse público* para alterar a classificação dos terrenos em zona RAN ou REN, surge então a dúvida de qual o projeto e qual a localização, dado que há 2 projetos e 2 localizações.

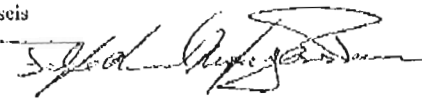
- Querendo a Assembleia de Freguesia de Ferreira contribuir para o sucesso do projeto de inserção da comunidade de etnia cigana residente do sítio da Orada, Freguesia de Albufeira e Olhos d'Água e porque o mesmo é apenas por 24 meses (18+6), **sugere que a deslocalização seja efectuada para a zona dos Brejos, Freguesia de Albufeira e Olhos d'Água, nomeadamente no "Espaço Bússola", terreno com cerca de 10ha e propriedade da Santa Casa, que para além da zona verde envolvente tem a funcionar cinco edifícios vocacionados para a componente de formação profissional e educativa e terreno apropriado para a aplicação dos conhecimentos agrícolas adquiridos. São características únicas para o desenvolvimento e sucesso do projeto de inserção que a Santa Casa se propõe levar a cabo no espaço temporal de dois anos.**

- A zona geográfica que aqui se propõe para a deslocalização daquela comunidade, para além das características já referidas incluemmos a proximidade do centro urbano, das escolas, do comércio e serviços (Segurança Social, Bancos, Centro de Emprego, Centro de Saúde e Farmácias), acredita a Assembleia de Freguesia de Ferreira que esta sugestão seve melhor os propósitos do "Projecto de Inserção - Aldeia do Sancaí".

- Depois de tudo o que foi dito e escrito desde dois mil e treze até à presente data sobre o projeto em causa, a Assembleia de Freguesia de Ferreira **considera por unanimidade de não relevante interesse público para a Freguesia, a deslocalização da comunidade de etnia cigana do sítio da Orada Freguesia de Albufeira e Olhos d'Água para a Freguesia de Ferreira.**

Ferreiras, vinte e sete de Setembro de dois mil e dezasseis


Paulo Almeida, vogal eleito
Filipe Lopes, Ross

António Maria, 1.º Sibm. Arizinda



AS



CDU Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



PROPOSTA

Taxa Municipal de Direitos de Passagem

A Coligação Democrática Unitária, vem propor a esta Assembleia para o ano 2017 que a Taxa Municipal de Passagem se fixe em 0,25 % , relativa à Implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, (Nos, Meo, Cabo Visão, PT Comunicações e Optimus), em local fixo, dos domínios público e privado municipal.

Esta taxa será paga pelas empresas intervenientes, por isso a Autarquia não deve abdicar desta receita que não é suportada pelos Municípes, sim pelas Empresas acima mencionadas. Uma vez que o município quer abdicar desta verba propõe-se que a mesma se destine exclusivamente a apoios sociais.

Os Eleitos da CDU

Albufeira, 27 de Outubro de 2016